UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA

MARCIÉLI DA SILVA

"OCUPE A REITORIA QUE HÁ DENTRO DE VOCÊ": O MOVIMENTO ESTUDANTIL E O OLHAR DO *ESTADÃO*

Palhoça

2007

MARCIÉLI DA SILVA

"OCUPE A REITORIA QUE HÁ DENTRO DE VOCÊ": O MOVIMENTO ESTUDANTIL E O OLHAR DO *ESTADÃO*

Trabalho de Conclusão de curso apresentado ao Curso de graduação em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo, da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel.

Orientador: Prof. Alessandra Brandão, Msc.

Palhoça

2007

RESUMO

Desconstruir a idéia de imparcialidade da imprensa e das universidades como simples ferramentas de construção do conhecimento é uma das propostas desta pesquisa. Pretende-se, aqui, relacionar as informações publicadas durante a ocupação da Universidade de São Paulo com o contexto atual da política e educação no país. Compreender a ligação entre universidade, governo, *O Estado de S. Paulo* e ocupantes é importante para refletir sobre questões que cercam o jornalismo, a política e universitários como integrantes da sociedade contemporânea. O evento aconteceu durante os meses de maio e junho de 2007 devido à oposição dos alunos aos decretos impostos pelo governador de São Paulo, José Serra. Porém pouco ajudou a promover um debate sobre o sistema educacional no Brasil. O que se apresenta neste trabalho, a respeito das relações entre jornalismo e movimento estudantil, é uma tentativa de levantar um debate e uma reflexão para alguns pontos do processo comunicativo. Propõe-se, então, observar a ocupação da Universidade em um momento de crise política e educacional num cenário de grande prestígio político-social como a USP. Portanto, referências sobre o processo de comunicação, com um olhar crítico para as diferentes leituras possíveis de serem estabelecidas com o discurso, são bases para a compreensão de um confronto ideológico que se efetiva e ajuda a estabelecer relações de poder.

Palavras-chave: Jornalismo. Movimento estudantil. Universidade.

ABSTRACT

One proposal of this research is to deconstruct the impartiality idea of the press and the universities as simple tools of knowledge construction. It intends, to bring the informations published during the occupation of the University of *São Paulo* into relation with the actual politics and education context. Comprehends the link between university, government, *O Estado de S. Paulo* journal and the occupants its important to reflect about questions that surround the journalism, the politics and academics as integrants of contemporary society. The event happened during the months of May and June of 2007 because the academics opposition to the decrees imposed by the *São Paulo's* governor, José Serra. However, it was not much helpful to promote a discussion about Brazilian educational system. What is presents in this work, about the relations between journalism and student movement, it's an experiment to put a debate and a reflection to some points of the communicative process. So, it proposes, observe the University occupation in a critical politic and educational moment in a scenery with great politic-social reputation, as the University of *São Paulo* is. Thus, references about the communicational process, with a critic eye to the different readings possible, are the support to the comprehension of an ideological confrontation that accomplishes and helps to establish relations of power.

Keywords: Journalism. Student Movement. University.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 6

2 A EDUCAÇÃO EM CRISE 8

2.1 O MOVIMENTO ESTUDANTIL NOS 70 ANOS DA UNE..... 13

2.2 CÓDIGOS DE UMA LEITURA EXTRAJORNAL..... 29

3 UMA DECODIFICAÇÃO 36

3.2 O JORNALISMO NA INTERPRETAÇÃO DOS FATOS..... 40

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 65

REFERÊNCIAS 72

1 INTRODUÇÃO

A imprensa promove coberturas jornalísticas sobre os mais variados assuntos. Para que um determinado evento ou acontecimento ganhe destaque, precisa cumprir critérios de noticiabilidade. Consideram-se entre eles relevância, maior alcance, impacto, improbabilidade e muitos outros que podem ser diferenciados conforme o veículo de comunicação e o contexto em que aconteceu o fato. Este trabalho vai analisar a cobertura do jornal *O Estado de S. Paulo* sobre a ocupação da Universidade de São Paulo por estudantes da instituição, evento que durou 50 dias e foi destaque em muitos jornais do país.

É relevante para o jornalismo e para os profissionais da área analisar as formas de atuação da imprensa na sociedade contemporânea. Julga-se necessário confrontar a importância histórica que a imprensa estabeleceu enquanto meio de informação de ordem pública. Com a posição que a imprensa assume diante de um mercado competitivo, jornais transformam-se em empresas capitalistas que visam lucro, com a venda de notícias e idéias. Assim, importa refletir sobre os laços da imprensa com a política – poderes sociais que atuam de forma quase que complementares.

A discussão da imprensa sobre educação e sua postura perante movimentos sociais é um aspecto que merece atenção da sociedade. Entender o quadro político, a relação que ele estabelece com a imprensa e as questões colocadas em cheque por um determinado grupo de jovens estudantes – rotulados, muitas vezes, por diversos adjetivos negativos – torna-se importante para reavaliar questões fundamentais para o desenvolvimento do país. Como descreve Nilson Lage (2001, p. 152), um dos teóricos sobre a relação entre ideologia e imprensa explorados nesta pesquisa, "[...] o jornalismo é como política, uma arte do possível, e como a filosofia, o cenário de uma luta em que a materialidade do mundo termina por se impor [...]".

A ocupação da USP é tomada aqui como um referencial para discutir sobre a questão da educação e reforma universitária que há anos se apresenta, mas pouco é discutida. Um dos interesses específicos é analisar a cobertura pela ênfase dada à ocupação após o 13º dia e o discurso explorado em reportagens, editoriais e artigos. Não parece comum dar tanto espaço a movimentos sociais, a menos que haja interesses envolvidos. Com base na teoria cultural de Stuart Hall, desenvolvida no livro *Da diáspora – identidades e mediações culturais* sobre o

processo de codificação e decodificação das mensagens, e com apoio de algumas teorias, propõe-se um debate a respeito das questões que interligam estudantes, universidade e imprensa. Várias leituras podem ser feitas a partir da cobertura intensa dessa ocupação. A partir do que foi publicado, será possível chegar a uma conclusão.

Como Hall (2003, p. 389) explica, as formalidades do discurso subordinam um evento histórico na forma pela qual a fonte o transmitiu até chegar ao receptor. A forma-mensagem é um momento - o da narração do fato até o receptor. Mas a estrutura também interfere na produção do discurso. Ou seja, podendo compreender esse processo, a leitura de trechos publicados durante os 50 dias de ocupação pretende estimular uma reflexão sobre a questão da imparcialidade da imprensa, a despolitização do movimento estudantil e a atuação de governantes.

Explora-se muito a idéia de que o "[...] jornalismo representa principalmente uma prestação de serviço. Por isso mesmo, o jornal deve ter independência e alto espírito público, sendo crítico em relação a qualquer poder, em benefício da coletividade" (COTTA, 1997, p. 41). A pesquisa visa a questionar como o jornalismo tem explorado essa idéia de independência de que fala Cotta e considerar até que ponto ela existe. Assim, será possível interpretar de diversas formas o discurso das reportagens, compreender o processo de suas produções tendo referências que vão além de uma rotina profissional, pontuar influências políticas, relacionar *O Estado de S. Paulo* com a USP e o movimento estudantil. O objetivo não é buscar idéias prontas sobre a questão em estudo, mas abrir a possibilidade de discutir os três elementos envolvidos no evento (jornal, estudantes e governo) – talvez até quatro se considerarmos a universidade como uma instituição política.

2 A EDUCAÇÃO EM CRISE

Crise educacional, política ou social não são apenas justificativas para a ocupação da Universidade de São Paulo que aconteceu de maio a junho de 2007. O evento despertou a atenção da sociedade brasileira e mobilizou muitos grupos de estudantes em todo o país. Crise talvez seja a palavra para descrever o cenário de políticas educacionais em que se encontram os estudantes. Professores, imprensa e a própria sociedade criticam a falta de posição política dos jovens, e, muitas vezes, não percebem que a política é um dos pontos fracos da maior parte dos grupos sociais. Prefere-se ignorar o assunto a promover discussões sobre ele. A universidade poderia ser fundamental na reconfiguração desse panorama, porém:

> [...] As fronteiras e os limites de uma instituição-chave estão sempre no *fator humano*. Não se pode ter uma universidade rica em um mundo pobre ou uma universidade revolucionária numa sociedade conservadora. O grau de riqueza, de avanço e autonomia cultural em uma sociedade nacional delimitam o grau de efervescência e de dinamismo inventivo de uma universidade [...] (FERNANDES, 1984, p. 12 grifo do autor).

A educação em todo seu sistema está abalada. E a organização da sociedade interfere nisso. A própria questão do conservadorismo apontada acima pode ser um ponto, em alguns momentos, polêmico. A pesquisadora e filósofa Hannah Arendt, ao contrário de Fernandes, considera o caráter conservador da sociedade importante para a educação, pois :

> [...] Exatamente em benefício daquilo que é novo e revolucionário em cada criança, é que a educação precisa ser conservadora; ela deve preservar essa novidade e introduzi-la como algo novo em um mundo velho, que, por mais revolucionário que possa ser em suas ações, é sempre, do ponto de vista da geração seguinte, obsoleto e rente à destruição. (ARENDT, 2001, p. 243).

Em outras palavras, com o modelo tradicional de educação, a autora considera possível dar espaço para as crianças conhecerem este mundo e inovarem. Mas Arendt fala de um conservadorismo apenas no sentido educacional. Essa postura não deve ser aplicada à política, onde acontece a confusão de conceitos, uma vez que "[...] nos acostumamos, em nossa tradição de pensamento político, a considerar a autoridade dos pais sobre os filhos e de professores sobre

alunos como o modelo por cujo intermédio se compreendia a autoridade política [...]" (ARENDT, 2001, p. 241).

Um modelo conservador na política impede as relações democráticas. Libertá-lo disso pode significar que, a partir de então, todos terão as mesmas responsabilidades sobre o mundo. Porém abandonar a tradição e conservadorismo com relação à educação pode ter sentido diferente. Para a filósofa, ao invés de tornar todos responsáveis, acontece justamente o contrário, anulam-se as responsabilidades e os adultos parecem não querer mais assumir o mundo para o qual trouxeram as crianças. (ARENDT, 2001, p. 238-243).

Então, pode-se aqui repensar os problemas da educação. Vale lembrar ainda que, assim como Fernandes responsabiliza a sociedade, Arendt condiciona a família como ponto-chave da base educacional, pois são os primeiros referenciais de representantes de um mundo para o qual as crianças estão chegando. "[...] A função da escola é ensinar às crianças como o mundo é, e não instruí-las na arte de viver [...]" (ARENDT, 2001, p. 246). Muitas vezes as crianças são introduzidas ao mundo pela escola, e não pelos pais e familiares. Mas o assunto é difícil de ser discutido se houver pouco interesse. Além disso, a educação não deveria ser dependente da política. Seria importante que ela tivesse apoio e conscientização por parte dos políticos, imprensa e população em geral de que ela é fundamental para (re)configurar as relações sociais.

Mas o panorama é crítico justamente por não haver esse interesse. As reformas universitárias estão em discussão há alguns anos e poucas medidas foram acordadas entre governantes e estudantes. Porém, quando determinadas situações põem em destaque uma problemática, como é o caso dos decretos do governador José Serra que interfeririam nas universidades públicas de São Paulo e motivaram a ocupação da USP, entram em jogo não apenas questões educacionais, mas políticas. Diante disso, não basta manter a sociedade informada, algumas vezes é preciso silenciar os fatos e outras enaltecê-los para garantir estabilidade. É preciso direcionar o que se quer mostrar. Pierre Bourdieu chama isso de "ocultar mostrando", ou seja, a imprensa atua:

> [...] mostrando uma coisa diferente do que seria preciso mostrar caso se fizesse o que supostamente se faz, isto é, informar; ou ainda mostrando o que é preciso mostrar, mas de tal maneira que não é mostrado ou se torna insignificante, ou construindo-o de tal maneira que adquire um sentido que não corresponde absolutamente à realidade. (BOURDIEU, 1997, p. 24).

E isso pode ser aplicado à educação e ao caso da ocupação da reitoria da USP, pois, em alguns momentos, o jornal mostra outros assuntos, inclusive as pesquisas de estudantes da instituição, e ignora a manifestação de um determinado grupo. Em outros, informam sobre a ocupação, mas não se preocupa em trazer à tona diferentes olhares para a problemática levantada pelos ocupantes. É assim que a imprensa atua como mediadora do sistema, controlando o que deve ser exposto à sociedade e como deve ser feito. Tudo isso permite uma leitura de que não há pretensão de discutir educação com o intuito de melhorá-la. Sabe-se que os problemas nessa área, porém, não são atuais. Um artigo publicado há quase três décadas, reunido no livro de Braz José de Araújo, lembra o cenário contemporâneo:

> A Universidade no Brasil está em crise seriíssima; uma crise fabricada, artificialmente construída pelo poder público. E o mais recente episódio desta crise promovida é o projeto de lei nº 34, de autoria da Presidência da República [...] Por esta lei, caem de vez os últimos rudimentos de autonomia das 14 instituições de ensino federal que são fundações, de um total de 41 universidades federais no País. Seus reitores deverão ser escolhidos diretamente pela Presidência da República, sem qualquer elaboração de lista por partes de organismos acadêmicos. É um rude golpe para muitas instituições que, como a Universidade Federal de São Carlos, se orgulhavam de uma lista sêxtupla, baseada na mais ampla consulta de totalidade da comunidade acadêmica. (ARAÚJO, 1980, p. 20).

Percebe-se que a educação não é prioridade para os políticos. Mas quando determinado grupo decide tomar iniciativas, como é o caso do movimento estudantil, a educação pode virar pauta de seus debates e, por conseqüência, das discussões da imprensa. Esses conflitos não se limitam à ocupação da USP, que serviu como um dos marcos dos 70 anos da União Nacional dos Estudantes, mas faz parte de uma discussão levantada há anos.

O governo militar, por exemplo, interferiu no sistema educacional promovendo diversas mudanças. Isso porque a educação é compreendida como uma das formas de controle social e estratégias de manutenção do poder. A Reforma Universitária ocorrida nesse período, que acabava com o regime seriado das universidades, foi estabelecida com intenções de desmontar o movimento estudantil e impedir que os estudantes se manifestassem. Com as turmas fragmentadas pelo modelo de créditos, diminuía-se a força do grupo.

Essas mudanças deixaram traços perseverantes até hoje e podem, inclusive, ter certa influência na despolitização dos estudantes e desorganizações dos movimentos. Também as mudanças na educação colaboraram para as burocracias limitantes das instituições de ensino superior e para o fortalecimento da estrutura de um sistema educacional que beneficia,

preferencialmente, alunos de classe média. As transformações foram muitas no governo ditatorial e:

> [...] Além das medidas que favoreceram a privatização do ensino, a sua estrutura sofreu drásticas reformas (era então ministro da Educação o coronel Jarbas Passarinho). Entre elas, foi estendido o tempo de escolaridade básica para oito anos (1º grau) e o 2º grau tornou-se compulsoriamente profissionalizante. De uma forma geral, o conjunto da política educacional do regime agravou a seletividade e o analfabetismo, **reforçou o controle ideológico e político** sobre o ensino e provocou um profundo rebaixamento da sua qualidade, retirando-lhe seu caráter mais universal e crítico em benefício da formação de uma mão-de-obra mais adaptada aos interesses das empresas e do regime. (HARBET, 2001, p. 31, grifo nosso).

O Movimento Estudantil é um dos grupos importantes na "vigilância" do sistema educacional. Pode não conseguir resolver os problemas, mas põe em evidência o assunto para ser discutido. Apesar de todas as dificuldades, repressão e censura, a organização do grupo já foi importante para questionar e promover reformas na educação. Em 2007, em entrevista à Redação da União Nacional dos Estudantes, a presidente da União Catarinense dos Estudantes, Clarissa Peixoto, relembra as funções do grupo ao falar sobre a composição do movimento a partir de suas ideologias: "[...] a UCE deve ser o braço da UNE no Estado, compondo o quadro de entidades pela luta dos estudantes, por qualidade de ensino, por uma política econômica que condiga com a realidade do país, contra a mercantilização da educação, e pela soberania do Estado brasileiro". (REDAÇÃO UNE, 2007). Percebe-se nisso, porém, uma postura ingênua das organizações estudantis ao quererem reproduzir utopias de um passado com um discurso de ideologias ultrapassadas. Talvez os movimentos estudantis precisem de uma "reciclagem" para despertar mais interesse de grupos sociais.

A presença da sociedade nessa discussão é importante para trazer à tona a relação educação e política. Algumas mudanças marcaram este ano. Uma delas foi a do ensino fundamental – uma reforma alterou para nove anos o tempo de conclusão do ensino básico. O diferencial foi a obrigatoriedade de cursar aquilo que seria o "pré-escolar" no modelo anterior. Em resumo, o pré-escolar passou a ser a primeira série do ensino fundamental. Contudo, além da educação primária entrar no debate sobre as mudanças no ensino, a Reforma Universitária também ganhou destaque. Depois de muitos protestos, e inclusive ações por parte das instituições de ensino superior, iniciou-se o processo de definições de cotas especiais nos vestibulares para alunos afro-descendentes e estudantes de escolas públicas.

Recentemente, ainda em junho, estudantes solicitavam, através de manifestações como passeatas, melhores condições para a educação de nível superior.

> Para a UNE, essas manifestações são legítimas e reflexo dos problemas vividos pela situação educacional brasileira. A direção da entidade acredita que a resolução dos impasses deve se dar com base na negociação e diálogo, e em hipótese alguma por meio do uso da repressão e violência da Polícia Militar e sua Tropa de Choque. (REDAÇÃO UNE, 2007).

O quadro que confirma as características de irregularidades no sistema educacional é a crise em que as universidades se encontram. "Vivemos num momento crucial de redefinição e transformação do papel das instituições de ensino na cultura contemporânea. Redefinição que surge do confronto e da aliança do ensino com as tecnologias da comunicação [...]". (BENTES, 2007, p. 1) As universidades têm necessitado formar (educar) cidadãos e mostrar o mundo aos jovens como um todo e como um segmento mais especializado. Ou seja, deveria ensiná-los, não educá-los.

Colabora, portanto, para essa confusão de objetivos das instituições de ensino superior o sistema educacional estar mal administrado desde a base. Um dos problemas nas universidades pode estar, e certamente está, ligado ao ensino básico, pois "[...] a escola se encontra em uma zona intermediária entre a família e o mundo, e entre a infância e a maturidade". (DRUCKER, 2007). Portanto, é um dos primeiros referenciais de formação para os "recém-chegados", usando o termo de Arendt. Um dos problemas é que, hoje, as escolas precisam, muitas vezes, suprir o papel da família e concorrer com a mídia. E o planejamento dessas instituições não proporciona tal função.

Assim, os jovens chegam ao ensino superior sem a formação, maturidade e senso crítico necessários para enfrentar as discussões que lhes são cabíveis e colaboram para a universidade perder sua finalidade, que é apenas ensinar-lhes mais sobre um segmento do mundo pelo qual têm interesse (ou vocação). O que resulta, de certa forma, deste quadro foi o estopim para a ocupação da USP e das demais universidades, principalmente do Estado de São Paulo como a Unicamp e Unesp, em que os estudantes "abraçaram" as mesmas reivindicações e entraram em greve. Assim, o fato de o governador de São Paulo, José Serra, eventualmente ter sido mal interpretado com a publicação de decretos, é apenas um detalhe para a problemática levantada nos 50 dias de ocupação da maior universidade brasileira.

2.1 O MOVIMENTO ESTUDANTIL NOS 70 ANOS DA UNE

Com uma retrospectiva histórica é possível perceber o quanto os estudantes estiveram envolvidos ao longo dos séculos com movimentos sociais e controle da atuação política e ideológica no Brasil. Muito antes da existência de um órgão representante do grupo, os estudantes já estiveram em luta no cenário brasileiro de revoluções. O que se percebe é que as fases da história com participação dos estudantes são distintas umas das outras devido à forma de atuação. Pode-se dizer que esse "movimento" começa de forma individual, por volta de 1820, ainda no final do período colonial e início do Império. Porém, não existia qualquer tipo de organização com estudantes, então, as ações políticas eram individuais. Ou seja, críticas que se propagavam oralmente ou através de artigos na imprensa. Antônio Mendes Junior, autor do livro *Movimento estudantil no Brasil*, considera, mesmo assim, que tais ações já poderiam ser chamadas de movimento.

Depois disso, entra a fase coletiva que acontece na transição do Império para a República. Nesses períodos, os movimentos são mais culturais e intelectuais, mas com função política. É a época em que surgem campanhas abolicionistas e o Movimento Republicano. Apenas depois é que a União Nacional dos Estudantes (UNE) entra na história, no período descrito por Mendes Junior (1982, p. 09-11) como terceira fase dos movimentos estudantis. A última fase faz parte da "atuação clandestina" de que fala o autor. Surge com o AI-5[1], em 13 de dezembro de 1968, ainda no governo militar, com muita repressão e muitas mortes.

> A terceira fase, que reputamos a mais importante e significativa, denominaremos "fase da atuação organizada". Inicia-se em 1937, com a fundação da União Nacional dos Estudantes (UNE). Pela primeira vez articula-se uma entidade de caráter nacional e, o que é mais importante, com objetivos claramente políticos. Daí para frente, em todos os grandes momentos da vida nacional, os estudantes jamais deixaram de estar presentes pela voz da UNE e, em inúmeras oportunidades, formaram uma vanguarda nas grandes lutas do período. (MENDES JR., 1982, p. 10).

Desde a colonização, as idéias revolucionárias partiam dos estudantes que iam morar no exterior. Daí a influência dos ideais franceses e norte-americanos, que viriam em seguida. "[...] Os jovens brasileiros que iam estudar em Coimbra voltavam agora embebidos das *idéias*

[1] Ato Institucional nº 5, decretado pelo militar Artur da Costa e Silva, que dava total poder ao presidente.

francesas, libertárias e revolucionárias. A mesma ideologia que serviria de base à Revolução Francesa servia para deixar mais clara a odiosa opressão do colonialismo português no Brasil". (MENDES JUNIOR, 1982, p. 15, grifo do autor). O fato de os Estados Unidos terem conquistado a independência em 1776 é outro ponto importante para a influência ideológica dos estudantes por objetivos como o da libertação colonial:

> Ela forneceu o que muitos historiadores chamaram de 'a justificação pelo exemplo': se os ianques haviam conseguido se libertar do julgo inglês, não havia razões para que os demais países do continente não fizessem o mesmo em relação a Portugal e Espanha". (MENDES JR., 1982, p. 15).

A União Nacional dos Estudantes surge com a função de centralizar os diversos grupos de atuação social, através dos estudantes. A proposta era auxiliar o controle dos trabalhos dos governantes e reivindicar questões que, individualmente, ficaram mais difíceis ao longo dos anos. Nasceu em 1937, no mês de agosto, durante o I Congresso Nacional dos Estudantes. "Poucos meses depois desse Conselho (novembro), como se sabe, Getúlio comandaria o golpe do Estado Novo, instaurando a ditadura que teria vigência até 1945. A UNE nascia, assim, sob o signo da luta pela democracia". (MENDES JUNIOR, 1982, p. 36).

Desde o seu surgimento, um dos assuntos em pauta, e de maior interesse, estava direcionado às reformas nas universidades. Os conflitos políticos e as implicações da má administração de todo o sistema educacional estiveram sempre presentes. Numa retrospectiva, Mário Lago[2], que foi um militante político do Partido Comunista Brasileiro e chegou a ser preso por isso, relembrou que, na época, enquanto era estudante: "[...] A grande reivindicação naqueles tempos, como deve ser hoje, era tornar a universidade menos elitista, por isso o nome cogitado foi Federação Democrática de Estudantes. E aí foram aparecendo os equívocos [...]" (apud MENDES JUNIOR, 1982, p. 34-35).

Democracia era a idéia pela qual lutaram durante muitos anos os estudantes. Alguns continuam firmes com esse objetivo, outros acreditam terem-na alcançado com o direito à escolha de um representante no governo. Talvez por isso haja uma fragmentação e distorção do movimento estudantil na contemporaneidade. Os objetivos, hoje, nem sempre são comuns a todos. Diferente da geração "68", pois "se houve na história um movimento em que seus componentes não souberam o que era egoísmo, anulando-se como indivíduos para se encontrar como massa, esse movimento foi o da espetacular, pública e gregária geração de 68".

[2] Mário Lago também é lembrado pela sua atuação em novelas brasileiras como ator.

(VENTURA, 1988, p. 85-86). Os estudantes da década de 1960 e 1970 viviam sob perspectivas diferentes por causa das imposições dos militares, do controle explícito e ditatorial do governo sobre a população. Isso exigia organização e os impulsionava a uma luta uniforme. Nadine Harbert (2001, p. 38) fala no livro *A década de 70 – apogeu e crise da ditadura militar brasileira* que "na segunda metade da década de 70, os estudantes começariam a se reorganizar não só em torno de reivindicações específicas como, também, engrossando os movimentos contra a ditadura e pelas liberdades democráticas".

A UNE tem sua trajetória muito ligada aos partidos considerados de esquerda. Em poucos momentos foi presidida por integrantes da direita e, quando isso aconteceu, os estudantes viveu a "fase negra", pois, como analisa Mendes Junior (1982, p. 57), nesse período, os Estado Unidos tiveram mais interferências nas relações estudantis, em outras palavras, a UNE estava "[...] sob o controle de forças extremamente retrógradas e a serviço do imperialismo norte-americano". Mas, de forma geral, os integrantes assumiam posturas esquerdistas. Naquela época, apoiavam João Goulart antes do golpe militar, recebiam apoio do Partido Comunista e a maioria dos presidentes eram socialistas que lutavam contra a interferência do capital estrangeiro. "O XXVI Congresso da UNE, reunido em julho de 1963, elegeu o paulista José Serra para a presidência da entidade. Era uma época de séria crise política atravessada pelo País. [...]" (MENDES JUNIOR, 1982, p. 69).

O fato de José Serra ter sido presidente da UNE num momento em que a direita ameaçava tomar o governo com os militares e suprimir ações estudantis é importante na reflexão sobre a situação que enfrentou com a ocupação da USP. Agora, porém, participava como um representante da direita criticado por estudantes de um grupo que no passado fez parte. Sabe-se que, nos seus 70 anos, a UNE teve muitas conquistas e incomodou muitos governos, incluindo os militares, que reagiram contra o movimento estudantil desde o primeiro momento. Em 1º de abril de 1964, a sede da UNE foi incendiada criminosamente, como relembra o livro *Movimento estudantil no Brasil*. "E a UNE foi uma das primeiras vítimas do golpe. Com um ódio que demonstrava o quanto ela tinha sido incômoda às classes dominantes, sua sede foi invadida e incendiada [...]" (MENDES JUNIOR, 1982, p. 74).

A ocupação que marca os 70 anos da UNE ganha, no entanto, uma leitura diferente no jornal *O Estado de S. Paulo* com relação à função político-social dessa organização estudantil. São eles que fazem oposição aos governos e promovem protestos contra as medidas

administrativas capazes de interferir não apenas na educação, mas em todo o sistema social. Porém, neste evento, os estudantes aparecem como um grupo despolitizado e fragmentado, como se os objetivos não fossem mais os interesses públicos, e, sim, particulares. Na descrição do jornal, os ocupantes atuam como se tivessem, unicamente, ideais políticos-partidários. Dessa forma, dá-se espaço ao jogo de poder que se apresentou em reportagens onde se enfatiza a dissonância entre governos: "Ao contrário do que ocorre na USP, onde os ocupantes mantêm uma relação difícil com o governador José Serra (PSDB), a direção da UNE é aliada do Palácio do Planalto. A UNE é uma das entidades que sempre apoiaram o governo petista [...]" (NOSSA, 2007, A17). Isso foi o que publicou o jornal. Ou seja, a UNE e os estudantes apresentados no *Estadão* ainda são os mesmos "esquerdistas" do passado e parecem só "incomodar" governos de "direita".

Eles teriam referências ideológicas para a sua atuação ainda presas no passado. E ideologia é mesmo uma das palavras mais usadas para falar da postura política e social dos jovens que promovem movimentos como o da ocupação da reitoria da USP. Por isso, importa buscar referências sobre o que essa palavra simboliza ou representa. Essa compreensão, no entanto, requer o entendimento de que, para se trabalhar com os conceitos sobre esse termo, é necessário buscar referências históricas. Assim, será possível chegar ao intermediário entre uma das definições da ideologia como forma científica e o conceito banalizado da contemporaneidade. Trata-se de desenvolver um meio para conseguir aplicar esse termo na sociedade atual, que se diferencia daquela que deu origem à ideologia, mas, ao mesmo tempo, segue algumas referências de modelos, como a hierarquia e a distinção por classes sociais. Todos falam em ideologia, mas, afinal, a que ela se propunha quando foi utilizada pela primeira vez? Ou a que deveria servir como referência? Marilena Chauí, em seu livro *O que é ideologia?*, retoma a discussão sobre o processo de transformação desse conceito ao longo dos anos ao expor traços de uma das definições em evidência:

> [...] um dos traços fundamentais da ideologia consiste, justamente, em tomar as idéias como independentes da realidade histórica e social, de modo a fazer com que tais idéias expliquem aquela realidade, quando na verdade é essa realidade que torna compreensíveis as idéias elaboradas. (CHAUÍ, 1994, p. 10,11).

Sendo assim, a sociedade do século XX e XXI é que ajuda a moldar e tornar significativo o que se chama de ideologia. A proposta, no entanto, não é exaurir a discussão do

termo, mas fazer um breve mapeamento histórico como forma de fornecer sustentação para uma leitura mais atual no âmbito da relação entre jornalismo e história. É preciso lembrar que as teorias sobre ideologia já foram vistas como uma simples criação da sociedade em sua organização, a fim de conseguir estabelecer hierarquias, diferenças sociais e firmar a concentração do poderio. Através da ampla trajetória do conceito, busca-se relacionar a idéia de ideologia que se firmou há mais de duzentos anos com o termo utilizado na contemporaneidade.

A ocupação da USP ganhou destaque em toda a imprensa brasileira pela sua longa duração e por retomar discussões sobre a educação e o sistema de ensino superior. Ressalta-se, contudo, que o movimento se transformou ao longo dos anos e perdeu algumas características antes tidas como heróicas, seja pela postura ideológica muito mais definida que a atual ou pelas lutas contra a repressão e censura do governo militar. Ainda assim, a história ajuda a evidenciar o conflito ideológico que o grupo líder do movimento tinha com relação ao veículo de comunicação em estudo. Buscar essas referências do conceito de ideologia torna-se, portanto, fundamental para o decorrer da análise que se propõe.

Vale lembrar que a palavra ideologia tem origem no século XVIII, em plena Revolução Francesa. No entanto, o termo passou a ser desenvolvido no início do século XIX, com Antoine Destutt de Tracy, quando publicou *Eléments D'Idéologie* em 1801. Tudo partiu de uma reflexão sobre o materialismo francês do século anterior. O propósito era criar uma ciência disposta a estudar as idéias. A ideologia seria uma parte dessas ciências. E, ao estabelecer essa reflexão, "isso permitira colocar a 'ciência das idéias' a favor da educação e, portanto, da pátria". (ALVES FILHO, 2007, p. 03).

Karl Marx é o autor que criaria uma nova definição para o conceito de ideologia. Isso aconteceu no começo do século XIX, quando ela se proliferava na sociedade, graças à interferência de Napoleão Bonaparte ao usar essa palavra como sinônimo de pensamento irracional. O trabalho de Marx, conforme Aluízio Alves Filho (2007, p. 3) descreve na reconstituição do acontecimento, era estudar tal conceito a partir do campo da semântica. A definição de ideologia, para ele, estava muito ligada à história - conectava a estrutura social, política e formas de produção. O contexto daquele século ajudava a explicar a necessidade de uma determinada área discutir formas de decifrar as idéias que se estabeleciam. Essas idéias eram ditadas por aqueles que detinham o poder de governar e, a partir disso, as relações apresentavam-se invertidas, o que proliferava uma falsa consciência. O domínio da religião era um dos pontos de

controle das formas de pensar, mas existiam muitos outros que se desenvolveram ao longo da história e formulavam ideologias. Se para Marx e Engels (1996, p. 27-36) os homens são produtores da sua forma de vida e, por conseqüência, das suas idéias, é preciso compreender como são construídas essas formas de vidas, para se ter consciência de como lidar com as idéias impostas e se libertar da falsa consciência:

> A consciência jamais pode ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real. E se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem invertidos como numa câmara escura, tal fenômeno decorre de seu processo histórico de vida, do mesmo modo por que a inversão dos objetos na retira decorre de seu processo de vida diretamente físico. (MARX; ENGELS, 1996, p. 37).

As relações invertidas de que fala a citação acima pode ser aplicada às formas de atuação de grupos determinados que constroem informações, o conhecimento e a forma de pensar das pessoas e, assim, criam "verdades". E, como enfatizam Marx e Engels (1996, p. 37), "[...] não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência". Justamente por isso é importante compreender como o modelo social constrói valores e ideais. Na interpretação da filósofa Marilena Chauí (1994, p. 24-35) para o conceito de Marx: "[...] toda ideologia se reduz ou a uma concepção distorcida desta história ou a uma abstração completa dela. A própria ideologia não é senão um dos aspectos desta história". Compreender a história, então, pode ser uma estratégia para ser consciente com relação a ideologias.

Criada a partir de um sistema político, econômico e social que, apesar de ter mudado na definição (como é o caso do sistema atual denominado democrático), a ideologia ainda segue os mesmos princípios de dominação e é uma das principais ferramentas usadas por grupos gerenciadores da sociedade.

> [...] Essas idéias ou representações, no entanto, tenderão a esconder dos homens o modo real como suas relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política. Esse ocultamento da realidade social chama-se ideologia. (CHAUÍ, 1994, p. 21).

Sendo elemento fundamental de consolidação de forças políticas e sociais, tal conceito não poderia ficar de fora do jornalismo, tido como veículo responsável pela reprodução de fatos sociais. Segundo o pesquisador e jornalista Nilson Lage (2001, p. 152), **"**[...] a primeira coisa que

um jornal informa é sua ideologia. Num grande diário, será a ideologia de um segmento econômico bastante forte para suportar os custos [...]". Isso porque os próprios jornalistas podem ser considerados ideólogos, dentro do conceito desse autor, ao imprimirem suas impressões na descrição e narração de um determinado fato publicado em um veículo de comunicação. Afinal, "[...] o ideólogo é aquele que inverte as relações entre as idéias e o real". (LAGE, 2001, p. 25). Como o jornalista descreve um fato a partir de sua subjetividade, por mais que tente ser fiel ao que se apresenta, estará "recortando" e interpretando alguma coisa a partir da sua compreensão – o que poderia ser chamado de inversão e transformação de uma realidade.

A partir desse princípio, é possível fazer conexões sobre as interferências ideológicas na produção de notícias. No jornalismo, os conceitos ganham abrangência e se proliferam, uma vez que os veículos de comunicação podem ser considerados formadores de opinião. E Lage (2001, p. 154) enfatiza: "[...] Os jornais, em suma, não têm saída: são veículos de ideologias práticas, mesquinharias". A matéria-prima dos jornalistas são os mais variados acontecimentos que afetam a sociedade, desde decisões políticas importantes ao fato mais banal e curioso que desperte interesse. Como ao publicar uma "verdade" estão, de certa forma, encobrindo outra, subentende-se que essa rotina estabelece aquilo que Chauí havia citado: mostra-se uma idéia e oculta-se a realidade. No caso da ocupação da USP, era importante mostrar alguma coisa, porque o acontecimento já tinha ganho espaço na mídia. Mas publicar matérias ou artigos sobre isso, não significa retratar o fato, e, sim, uma leitura (interpretação). Como ressalta Foucault (1999, p. 47), "[...] as palavras se propõem aos homens como coisas a decifrar". Então, tudo o que pode estar publicado no jornal é uma versão de um fato. O jornal trabalha com discurso, definido por Foucault (1999, p. 115) como uma seqüência de signos verbais. Então, por conseguinte, acaba por formular ideologias. E "[...] o discurso não é simplesmente um conjunto representativo mas uma representação reduplicada que designa uma outra – aquela mesma que ela representa [...]" (FOUCAULT, 1999, p. 128). Isso significa que a publicação de um fato, já é, por si só, uma decodificação. Essa idéia deve ser levada em conta para entender todo o contexto da ocupação.

Em um dos artigos, de autoria de José Aristodemo Pinotti, que ocupa o cargo de Secretário Estadual de Ensino Superior, lê-se que:

> A universidade pública não pertence à comunidade acadêmica. Ela é patrimônio de todos, inclusive daqueles que não estudam lá. Das donas de casa, dos garis, dos advogados e médicos, das empregadas domésticas e dos estudantes de universidades

> particulares que não conseguiram ingressar na universidade pública. (PINOTTI, 2007, A14)

Esse apelo pode exemplificar ideologia na definição de Chauí, já que é ocultação de uma realidade social. Pois, se a universidade é de todos, por que sempre os mesmo grupos (alunos de classe média e classe média alta) estão nela? Talvez, assim, acreditassem conseguir o apoio que interessava ter da sociedade. Apesar de ser um artigo, cuja responsabilidade pela publicação é de seu autor, não se pode esquecer que o espaço é do jornal e que, portanto, é uma questão ideológica que também se aplica a seus conceitos. E se essa avaliação parece não bastar, importa lembrar que em outros momentos o jornal assumirá tal discurso em reportagens e editoriais.

Aqueles que escrevem em jornais podem ser considerados intelectuais, pessoas com estudo e com bom entendimento cultural. São vistos dessa forma por uma parcela significativa da população que tende a acreditar que jornalista é aquela pessoa que sabe tudo ou deveria saber tudo. Essa imagem de intelectual-jornalista, como explica Bourdieu, é, inclusive, criada pelos próprios jornalistas. Bourdieu fala sobre a exploração disso na televisão, mas essa relação também pode ser observada em outros meios de comunicação. Os jornalistas, como ele aponta, levantam erros sobre os intelectuais ou introduzem na mídia "[...] debates que não podem mobilizar senão os intelectuais-jornalistas e que muitas vezes não têm outra razão de ser senão permitir a esses intelectuais de televisão existir na mídia, abrindo para si uma 'vaga'". (BOURDIEU, 1997, p. 84). Criticam, muitas vezes, sociólogos e desconstroem suas teses para poderem opinar sobre questões que não dominam. Então, vale lembrar que jornalistas são pessoas influentes, tradutoras de um amplo cenário de acontecimentos e que criam para si um perfil intelectual que lhes dá mais credibilidade.

Como analisa o pesquisador e professor Nelson Traquina (2005, p. 26), "[...] não podemos compreender porque as notícias são como são sem compreender a cultura profissional da comunidade jornalística". Importa lembrar, também, que para entender a "formação" do jornalista é preciso considerar o veículo para o qual ele trabalha. Pois, embora o jornalista possa assumir uma postura diferente do grupo do qual faz parte, está diretamente ligado a um sistema organizado com influências políticas – o que, por sinal, pode, nesse contexto, ser traduzido como ideologia. "[...] Os jornalistas têm 'óculos' especiais a partir dos quais vêem certas coisas e não outras; e vêem de certa maneira as coisas que vêem. Eles operam uma seleção e uma construção

do que é selecionado". (BOURDIEU, 1997, p. 25). Ressalta-se o que já apontava Jorge Pedro Sousa (2002, p. 15), jornalista e escritor português: "existe uma ação ideológica que se faz sentir sobre as notícias; estas, além do mais [...] têm também efeitos ideológicos". Usando-se desses conceitos, é possível perceber traços na cobertura jornalística do *Estadão* que evidenciam os confrontos ideológicos e a posição política dos grupos em conflito.

A ocupação da Universidade de São Paulo em maio de 2007 retoma questões históricas que já foram motivos de grandes rivalidades entre governo, estudantes e a imprensa. Mas, como explica Stuart Hall, "[...] um evento histórico 'bruto' não pode, *nessa forma*, ser transmitido, digamos, por um telejornal. [...] Os acontecimentos só podem ser significados *[be signified]* dentro das formas visuais e auditivas do discurso televisivo". (HALL, 2003, p. 388, grifo do autor). Exatamente por ser um discurso, não é possível ser fiel a um acontecimento e manter a imparcialidade. Além disso, "[...] no momento em que o evento histórico é posto sob o signo do discurso, ele é sujeito a toda a complexidade das 'regras' formais pelas quais a linguagem significa". (HALL, 2003, p. 388). Ou seja, é, necessariamente, recriado. O autor ressalta que o discurso trabalha com signos, por isso nem sempre a mensagem consegue chegar ao receptor da forma com que foi enviada. Aliás, dificilmente seria possível. É o que ele chama de comunicação transparente – ou seja, quando o receptor entende o que o produtor tinha como intenção dizer. (HALL, 2003, p. 398). E, aplicando-se ainda seus conceitos aos de ideologia explorados acima, compreende-se que a cobertura da ocupação não poderia ser retratada de forma fiel se ali havia uma difusão ideológica, ou seja, interferência de princípio dos repórteres e do veículo de comunicação, já que o discurso se estabelece tanto a partir da interferência dos jornalistas, quanto do sistema e estrutura da empresa para qual trabalha e das relações políticas com o governo.

Isso equivale a dizer que um determinado fato não pode ser transposto fielmente por um jornal, não é retratado de forma objetiva quando se submete a um modelo padronizado e condizente a uma empresa, como é o modelo contemporâneo do jornalismo. A própria história serve ainda como base para justificar essa afirmação de Hall. A tríade em questão já esteve posicionada de forma diferente na época do regime militar. A imprensa, praticamente todos os veículos de comunicação, esteve ao lado do governo no primeiro momento, mas em seguida, quando começou a ser atingida pela sua política, passou para o lado dos estudantes. O cenário atual, porém, mostra uma relação muito mais forte entre imprensa e governo do que entre imprensa e estudantes – principalmente quando estudantes são símbolos fracos da oposição.

Apontou-se que o discurso e as condições de produção de notícias interferiram na transmissão da mensagem da ocupação da USP, evento que representou um fato histórico reproduzido no jornalismo. Porém, como o jornalismo se propaga com a pretensão de escrever a história do tempo presente, deveria levar em conta que:

> [...] a história não é sucessão de fatos no tempo, não é progresso das idéias, mas o modo como homens determinados em condições determinadas criam os meios e as formas de sua existência social, reproduzem ou transformam essa existência social que é econômica, política e cultura. (CHAUÍ, 1994, p. 20).

A história, contudo, é freqüentemente ignorada no jornalismo ou abordada de forma superficial. As duas áreas poderiam ser aliadas. O jornalismo é, muitas vezes, fonte de pesquisas históricas. E a história seria também uma fonte bastante importante para o jornalismo. Explorar melhor essa linha tênue que existe entre jornalismo e história seria uma das estratégias para uma comunicação mais dinâmica e interativa.

Dizer que esses conceitos e teorias sustentam qualquer relação da imprensa com a distorção dos fatos históricos pode parecer precipitado. E a idéia de precipitações é, afinal, o que está sendo questionado na pesquisa. É esse o ponto crítico e o diferencial entre a história e o jornalismo. O fato de querer publicar antes, de sair na frente dos demais veículos, ter novidades e conquistar leitores faz, muitas vezes, com que informações sejam publicadas sem terem sido devidamente checadas. Tudo isso movido pelo "[...] objetivo comum de pôr as notícias na rua antes da hora do fechamento, ou o mais rapidamente possível, porque algumas organizações jornalísticas têm uma hora de fechamento constante [...]" (TRAQUINA, 2005, p. 29). É o ritmo de mercado, a influência do padrão global movido pelo ritmo intenso e acelerado, da superprodução, em que chegar na frente é sinônimo de qualidade. Esse modelo prevalece na maioria dos veículos e está presente no conteúdo predominante na atualidade, num momento em que importa mais a reprodução de um fato que seu entendimento. E isso não é questão de ideologia:

> [...] a ideologia não é sinônimo de subjetividade oposta à objetividade, que não é pré-conceito nem pré-noção, mas que é um "fato" social justamente porque é *produzida* pelas relações sociais, possui razões muito determinadas para surgir e se conservar, não sendo um amontoado de idéias falsas que prejudicam a ciência, mas uma certa maneira de produção das idéias pela sociedade, ou melhor, por formas históricas determinadas das relações sociais. (CHAUÍ, 1994, p. 31, grifo do autor).

Portanto, vale ressaltar aqui que a ideologia constrói-se através de um fato e não deveria concorrer com ele. Então, compreendendo essas questões, a partir do momento em que houvesse mais integração entre as ciências humanas, com a consciência de que para se construir a história do presente é preciso buscar referências na História - e não fazer do tempo inimigo-, não seria necessário correr e se precipitar para publicar primeiro. O mais importante seria publicar melhor. Ou seja, uma informação coerente e mais "adequada" aos fatos, ou, pelo menos, menos pretensiosa no sentido de se apresentar como uma "verdade", sendo que em pouco tempo poderá ser retificada. A concorrência, inclusive, seria mais justa. Dependeria muito mais da qualidade da apuração do profissional jornalista e da sua capacidade de admitir subjetividade. Isso também se aplica ao perfil do veículo de comunicação. O "furo" - jargão da profissão que indica a publicação de um dado em primeira mão - deixaria de ser a ambição do jornalista. Embora muitos digam que encontrar um "furo" é questão de "faro" e habilidade, diversas vezes ele aparece como um bilhete de sorte, simplesmente pelo fato de o jornalista estar no "lugar certo" e na "hora certa".

Jorge Pedro Sousa (2002, p. 18) afirma que "os meios jornalísticos funcionam, pelo menos em certas circunstâncias e momentos, como agentes de vigilância e controle dos poderes, nomeadamente dos poderes político e econômico [...]". Sendo assim, confirma-se a idéia de que o jornalismo funciona como porta-voz da sociedade. Porém, esse mesmo jornalismo constrói ou reproduz sistemas políticos e econômicos a partir das interferências sofridas, sejam elas estruturais, por parte da empresa jornalística, ou ideológicas. O discurso pode sofrer influência da empresa ou da própria subjetividade daqueles que reproduzem um determinado fato ou assunto – sejam eles repórteres, fotógrafos ou editores. Portanto, as "[...] notícias são um artefato construído pela interação de várias forças, que podemos situar ao nível das pessoas, do sistema social, da ideologia, da cultura, do meio físico e tecnológico e da história". (SOUSA, 2002, p. 17).

A notícia estabelece uma interpretação para o leitor. É claro que ele poderá decodificá-la"– para aplicar aqui o conceito de Hall -, em concordância ou não. Mas o que fica evidente é que: "[...] pode-se inverter o sentido do texto jornalístico. Uma palavra, uma nota podem [*sic*] evidenciar com clareza tudo o que se quer esconder. A pequena nota reveladora costuma gritar mais do que a manchete espalhafatosa e conformista [...]". (HALL, 2001, p. 153). Em concordância com Lage sobre essa capacidade do jornalismo conseguir esquematizar as

informações pela simples maneira de organizá-las no jornal, Hall ajuda a desmontar o esquema de comunicação linear e unidirecional que limita a comunicação ao sistema emissor, mensagem e receptor. Teoricamente, diz-se que tal informação chega ao receptor sem interferências. Para o autor, várias etapas compõem o processo comunicativo, desde sua produção até a distribuição. Mas essas etapas independentes, que podem falhar na emissão da mensagem a qualquer momento, estão interligadas. A comunicação é a representação de um fato por meio de métodos, técnicas e subjetividade. O jornalismo, por exemplo, constrói signos para descrever um determinado evento. "Os aparatos, relações e práticas de produção aparecem, assim, num certo momento (o momento de produção/circulação), sob a forma de veículos simbólicos constituídos dentro das regras de 'linguagem'". (HALL, 2003, p. 388).

A partir do momento em que se tem essa consciência sobre a relação do jornalismo com a formação ideológica, é possível mudar o sistema. Entender que a imprensa trabalha com signos, cujas significações podem ser variadas, é importante para interagir com os veículos de comunicação e decodificar de forma diferente. Em alguns países os jornais assumem determinada posição política, de tal forma que o leitor sabe qual visão esperar dos fatos nele relatados. Quando se fala em política, nesse sentido, fala-se das demais relações que estão interligadas com ela – como é o caso da postura religiosa ou mesmo cultural desses veículos. Assumir uma postura não é ruim. Essa é uma forma de se fazer jornalismo. No Brasil, porém, ainda predomina a idéia de que o jornalismo deve, ao menos, autodenominar-se imparcial. Criou-se o mito de que se demonstram os diversos lados de uma notícia e se procura ser fiel às evidências. Foi uma forma encontrada para passar credibilidade. O problema é que essa postura contraditória, em que se diz ser algo que não é possível ser, confunde o leitor e bloqueia sua participação no momento de interpretar a notícia.

Sabe-se que alguns veículos sempre se posicionam da mesma maneira quando o assunto é, por exemplo, política. Ou seja, assumem uma postura. Isso comprova que não pode haver imparcialidade, mas, sim, escolhas. No caso da ocupação da USP, as reportagens, inúmeras vezes, questionaram os objetivos dos alunos ao relacioná-los com partidos da ultra-esquerda. Diziam estar os alunos apenas fazendo oposição ao governo Serra – sem, portanto, traduzi-los como um movimento estudantil, mas político-partidário. Os códigos criados para apresentar a notícia estão, assim, também relacionado à posição política do jornal.

Espalham-se freqüentemente pelo senso comum e colaboram para o fortalecimento da idéia de imparcialidade e responsabilidade social da imprensa, teorias de retrospectivas históricas como a de Nelson Traquina (2001, p. 36):

> [...] As novas formas de financiamento da imprensa, as receitas da publicidade e dos crescentes rendimentos das vendas dos jornais, permitiram a despolitização da imprensa, passo fundamental na instalação do novo paradigma do jornalismo: o jornalismo como informação e não como propaganda, isto é, um jornalismo que privilegia os fatos e não a opinião. Com as novas formas de financiamento, a imprensa conquista uma maior independência em relação aos partidos políticos, principal fonte de receita dos jornais ainda no início do século XIX.

Algumas pessoas ainda reproduzem o modelo de jornalismo apontado por Traquina acima. Acreditam que o jornal, enquanto empresa, conseguiu se desvincular da política. Mas o fato de ter se transformado não significa que esteja mais livre da política. Muito pelo contrário, cada vez mais são os próprios políticos os donos de veículos de comunicação – sejam eles televisão, rádios ou periódicos. E indiferente à sua estrutura, são empresas que querem vender não só o produto notícia, mas uma idéia - ou ideologia. A venda exige vários processos, desde produção até chegar ao cliente, ou, no caso do jornal, público leitor. Cremilda Medina conta em um de seus artigos publicados no jornal *O Estado de S. Paulo* que, certa vez, o empresário e administrador José Viera de Carvalho Mesquita de *O Estado de S. Paulo***,** revelou a ela que a diferença entre o jornal e outra empresa é que as empresas se preocupam em satisfazer o cliente. No jornalismo, segundo Mesquita, por "haver responsabilidade social", é preciso equilibrar a satisfação do cliente com a postura política do veículo. (MEDINA, 2007, p. A28, grifo nosso). Ou seja, mais uma vez alguém influente, como o administrado do *Estadão*, ajuda a difundir esse mito de que o jornalismo tem responsabilidade social. Conhecer os bastidores da produção midiática é uma das formas de desconstruir isso e entender o processo de tradução da mensagem:

> [...] em práticas sociais, para que o circuito ao mesmo tempo se complete e produza efeitos. Se nenhum "sentido" é apreendido, não pode haver "consumo". Se o sentido não é articulado em prática, ele não tem efeito. O valor dessa abordagem é que, enquanto cada um dos momentos, em articulação, é necessário ao circuito como um todo, nenhum momento consegue garantir inteiramente o próximo, com o qual está articulado. (HALL, 2003, p. 388).

Stuart Hall ainda sustenta que o jornalismo impresso tem privilégio na posição do discurso, porque usa a linguagem escrita que é um conjunto de signos mais complexos e que, por

si só, já impõem significados, mas podem ser decodificados de várias formas, principalmente, quando se tem consciência disso. Todas as formas de discursos trabalham com simbologias. E, no impresso, a interpretação é um pouco mais aberta porque conta, necessariamente, com a participação do leitor na decodificação da mensagem implícita. Há uma chance maior para o leitor, através dos símbolos da linguagem, entender outra coisa diferente da apresentada. É possível discordar mais facilmente, pois o meio permite pensar e refletir sem a velocidade exigida em alguns meios eletrônicos.

Reforça-se com isso a idéia de que essa rede complexa trabalha com diversas etapas de produção. E embora todas sejam importantes, o discurso é privilegiado porque são momentos *determinados*. Isso também serve de referência para o conceito de "jornalismo de qualidade" descrito pelo escritor peruano Mario Vargas Llosa em sua pesquisa sobre os jornais brasileiros, que relaciona a uniformidade entre linha editorial, artigos e reportagens publicadas na cobertura da ocupação da USP. (MEDINA, 2007, p. A28).

A notícia também pode ser tratada como um produto. Desde as reformas nos jornais na década de 1950 e 1960, quando o jornalismo firma seu caráter empresarial que estava em transição desde o início do século, a notícia deixou de ser meramente um assunto informativo. Passou a ter uma carga de ideologia da empresa pela qual era produzida.[3] A própria globalização facilitou a difusão de tantas informações e foi então que o processo de edição precisou de referências para a seleção. Evidencia-se, então, a ação da posição política, social e cultural para não apenas informar a sociedade, mas fazer dela uma massa consumidora.

Ao considerar a notícia um produto mercadológico de um determinado veículo, pode-se aplicar a teoria de Michael Schudson, descrita e ampliada por Sousa. Para ele, a notícia interage com algumas questões subjetivas, denominadas ações – ação social, pessoal e cultural. Em resumo, pode-se dizer que a notícia sofre alterações na sua apresentação a partir da subjetividade do repórter ao narrar um fato, das características físicas do jornal e do próprio público leitor. "Desta forma, e com base na perspectiva do autor, seria possível traçar um quadro explicativo sistemático e global para termos as notícias que encontramos em cada meio sociocultural e em cada momento da história". (SOUSA, 2002, p. 14).

[3] A teoria Newsmaking fala sobre o processo de construção da notícia, que relaciona a interferência das ações, já citadas por Schudson e Sousa, e o processo de edição, relacionado ao *gatekeeper*, ou seja, a seleção feita pelo editor (TRAQUINA, 2005, p. 37).

Muito além das limitações da empresa e repórter, ou mesmo do público leitor, o que está em análise nesta pesquisa e é discutido por Sousa é mesmo a interferência ideológica. Enquanto Schudson se baseia em três interferências na notícia, Sousa trabalha com cinco. São elas: "[...] 1) nível individual (relacionado com as influências dos trabalhadores, dos *media*); 2) nível das rotinas produtivas; 3) nível organizacional (organizações mediáticas *[sic]*); 4) nível externo às organizações mediáticas; e 5) nível ideológico". (SOUSA, 2002, p. 25). Dentre essas, a mais relevante neste trabalho, e que é bastante exaltada por Sousa, é o fato de que as notícias estão muito ligadas às ações ideológicas e que essas ações produzem efeitos na sociedade. O autor lembra ainda que "[...] no domínio da influência sociocultural sobre o processo de construção e fabrico das notícias difundidas pelos meios jornalísticos haveria ainda que enfatizar o papel da história na conformação das notícias [...]" (SOUSA, 2002, p. 15).

Se o jornalismo reproduz os fatos sociais e se estudiosos desmitificam a idéia de imparcialidade para essa função, traduz-se que os veículos de informação contribuem para dar compreensão e evidência a determinados fatos. Bourdieu enfatiza que jornalista "[...] manipula mesmo tanto melhor, bem freqüentemente, quanto mais manipulados são eles próprio e mais inconscientes de sê-lo". (BOURDIEU, 1997, p. 21). Não se pode, porém, condenar apenas o jornalista que assume a função de descrever o fato, pois com ele está também a estrutura da empresa para a qual trabalha e todas as ações sociais e culturais que orientam a construção de uma mensagem. Além disso, a decodificação do leitor, como já explicou Roland Barthes, também constrói um significado. Barthes destrói a idéia de Autor, com "A" maiúsculo para reforçar o sentido de autoria, pois "[...] um texto é feito de escrituras múltiplas, oriundas de várias culturas e que entram umas com as outras em diálogo, [...] mas há um lugar onde essa multiplicidade se reúne, e esse lugar não é o autor, como se disse até o presente, é o leitor [...]". (BARTHES, 2004, p. 64).

O receptor não é apenas "consumidor" dessa mensagem, mas alguém que faz parte da construção do seu sentido e que é capaz de dar outra interpretação ao que foi publicado. Se as relações entre mensagem e receptor são abertas – ou seja, o leitor consegue dar outro sentido à mensagem-, a interpretação poderia, e deve, ser enriquecida e crítica. Mas, pela comodidade em aceitar o discurso da mídia, ou por não saber decodificar diferente, predomina a posição *hegemônico-dominante* citada por Hall, que é quando o leitor assume a idéia do emissor e a reproduz. "A questão hoje é romper, quebrar a informação do seu interior [...] Saber se posicionar

diante da informação que é a mercadoria literalmente e simbolicamente mais valorizada da cultura contemporânea". (BENTES, 2007, p. 5). Ou seja, aquilo que poderia ser benéfico para os receptores, uma vez que poderiam resignificar os códigos, torna-se algo banal e desprezível. A velocidade da informação e a quantidade abusiva despejada sobre os leitores favorecem o quadro de receptividade da mensagem sem questionamento e com aceitação do que é imposto. O sistema educacional também está carente de educadores que trabalhem com isso. Como lembra Ivana Bentes (2007, p. 5), há necessidade de "[...] formar cidadão capazes de extrair do excesso de informações um pensamento ou ação".

Mas nesse contexto de cobertura de um evento de grande proporção, a ocupação da Universidade de São Paulo e o relato do *Estadão* entram em conflito porque, entre outras coisas, o jornalismo passa à sociedade a idéia de objetividade no relato da notícia. Embora os leitores de um jornal elitizado como o *Estadão* possam não ser inocentes a ponto de acreditarem em isenção ideológica, o relato de um determinado acontecimento continua sendo referência para a existência do mesmo. Embora essas mediações da imprensa possam não ser "a vida real", provocam efeitos de realidade ao assumirem posturas com discursos sociais. Além disso, o excesso de informação, exploradas de forma superficial, dificulta o processo de decodificação e assimilação. Então, muitas coisas passam despercebidas. Por exemplo: seria possível "ler" também a falta de notícia sobre a ocupação durante as duas primeiras semanas. Enquanto ela já acontecia, as notícias referentes à USP eram apenas elogios às pesquisas e resultados do envolvimento de alunos de alguns cursos com a comunidade. Já é possível verificar aqui traços de uma postura do jornal *Estadão* que pretende ignorar os chamados "pseudofatos" que a mídia costuma cobrir – aqueles criados especificamente para chamar a atenção da imprensa. Entende-se que ocultar um evento como a ocupação a USP é tão significativo quanto descrevê-lo diariamente por quase dois meses. Afinal, a imprensa é reconhecida como um canal que "espelha" e reflete a sociedade.

A ocupação talvez não tivesse como prioridade a atenção da imprensa. Pode-se, também, fazer uma leitura que justifique o fato de ela ter sido ignorada no começo. Talvez, a imprensa tivesse pretensão de minimizar a importância do evento. Ou seja, existe uma relação de interesses impregnada apenas nesse ponto em particular. "Os acontecimento são transformados em notícia pelo sistema jornalístico" (SOUSA, 2002, p. 25), o que significa dizer que ganham forma a partir das transformações ou interferências dos jornais.

2.2 CÓDIGOS DE UMA LEITURA EXTRAJORNAL

Para situar a dimensão da relação entre um periódico de destaque em São Paulo, e em todo o Brasil, com a maior universidade do país, é preciso voltar no tempo para explicar onde ela começou. Sabe-se que o *Estadão* tem sua história ligada à fundação da USP, em 1934. Júlio Mesquita Filho, que na época era diretor do jornal *O Estado de S. Paulo*, foi mentor intelectual da USP, pois "publicava ostensivamente artigos e estudos favoráveis à criação de uma universidade em São Paulo e sobre os problemas do ensino superior e universitário no Brasil". (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2007). Por esse motivo, talvez a cobertura dessa empresa tenha sido um pouco mais presente e significativa para a ocupação que em outros periódicos.

A defesa da educação talvez fosse prioridade do grupo que, na ocupação da USP, deparou-se com a "agressão" à instituição que ajudou a fundar. E como um jornal de importância nacional e forte influência conservadora nos grandes centros políticos, atuante desde 1875, representa um poder que deve ser analisado quando se trata de sua relação com movimentos sociais. Com relação à USP, por exemplo, defendê-la parece sempre ter sido um dos propósitos do jornal. Desde as primeiras crises na época do regime ditatorial, como descreve o livro *A questão da USP*, de Florestan Fernandes, quando o governo criou formas de controlar as instituições com nomeação de reitores ou imposições de normas mais diretas, o *Estadão* publicava artigos discutindo o assunto – mesmo que de forma limitada pela censura. No início da década de 1980, ainda no final do governo militar, um novo evento trouxe a discussão da educação no ensino superior e isso atingia diretamente a maior universidade do Brasil. A força da USP estava em jogo, uma vez que o sistema educacional, no governo Maluf, pretendia incentivar a disseminação de instituições particulares de ensino e reduzir os créditos para as universidades públicas estaduais. (FERNANDES, 1984*).*

Na cobertura deste ano sobre a ocupação da USP, percebe-se a importância de retornar à problemática da "influência" da notícia no *Estadão*. A ligação histórica com a Universidade pode ter sido um dos motivos que ajudou a descrição do evento a acontecer de tal forma a desacreditar os objetivos dos estudantes. Evidencia-se um certo interesse em defender o patrimônio da elite que nela estuda e é leitora fiel do jornal. O jornalismo tem meios para manipular. As características que possui também auxiliam nessa questão, já que está cada vez mais uniforme.

Mario Vargas Llosa, em uma pesquisa de três semanas feita com a leitura dos principais jornais brasileiros durante a ocupação da USP, chegou à conclusão de que jornalismo no Brasil é bem feito. Isso é traduzido por ele no fato de manter coerência entre editorial, artigo e reportagens da ocupação. Porém o fato de trabalhar com as mesmas idéias em todas as segmentações do jornal só reforça a necessidade de separar as posições ideológicas presentes entre um movimento com ideais contrapostos aos da empresa jornalística. É nesse contexto que se encaixam as teorias de alguns pesquisadores como Sousa e Traquina. Para que tal operação funcione, mais que compreender o que está por trás de uma cobertura de 50 dias, é importante questionar a idéia de objetividade proposta pelo *Estadão,* quando diz que é preciso escrever com "[...] textos **imparciais** e **objetivos**. Não exponha opinião, mas fatos, para que o leitor tire deles as próprias conclusões [...]" (O ESTADO DE S. PAULO, 1997, p. 17, grifo do autor).

A democracia é outro termo em destaque para explicar melhor o que aconteceu entre 3 de maio e 23 de junho de 2007. Os jornais estavam "livres" para retratar o evento. Os alunos também tiveram o direito de apresentar suas propostas e indignações de forma ativa sem interferência da polícia. O termo democracia, porém, merece ser melhor analisado. Afinal, até que ponto o fato de poder divulgar determinado assunto, ou poder manifestar-se sem agressão física da polícia, pode ser democracia? Mesmo que para alguns isso represente um Estado democrático, importa lembrar que, mesmo sem censura explícita, os próprios critérios de relatar os fatos ou do espaço reservado diariamente para a cobertura da ocupação da USP são traços de delimitação democrática. E, observando por esse ângulo, "a sobre-informação pode, inclusive, traduzir-se numa nova forma de censura. Aliás, informação e conhecimento/saber são coisas distintas". (SOUSA, 2002, p. 20).

A percepção do evento relembrou, como um termo generalizado, o Movimento Estudantil ativo do passado pelo fato de discutir as questões da educação que há anos não são resolvidas, com a reforma universitária e a questão da autonomia dessas instituições. Mas para a ocupação também é preciso considerar que o perfil dos estudantes mudou, o contexto histórico é outro. Não há o "romantismo" dos anos 60 e 70 e não se pode ser nostálgico. Antes, "[...] fazia-se política nos *campi*, nas salas de aula, nos teatros, mas de preferência nas ruas – nas passeatas". (VENTURA, 1988, p. 83, grifo do autor). O movimento agora parece meio difuso, dividido. Isso, talvez, seja resultado da própria homogeneização do quadro político que, antes, era a base propulsora e influente dos estudantes. O fato de as barreiras entre esquerda e direita terem sido

rompidas colabora para o que hoje se chama de despolitização do movimento estudantil. Isso pode ser decorrente, talvez, da impossibilidade de entender as diferenças entre os partidos e suas ideologias. E por terem-se fragmentado as diferenças partidárias, a oposição assume o governo e alia-se ao "inimigo". Mas isso não é algo recente. A partir do fim da Guerra Fria, com o sistema capitalista e a globalização, até mesmo a política ficou padronizada. Por isso, é preciso evitar assumir uma postura definitiva para o evento da USP quando se sabe que a notícia é efêmera e que a história pode mudar a compreensão desse evento:

> [...] A percepção de que o acontecimento é concreto e delimitado é uma falácia, já que o real é contínuo e os fenômenos são estreitamente interligados. Mas é também uma falácia a que, de algum modo, os seres humanos necessitam de recorrer para interpretarem e estudarem o real – o que faz no jornalismo faz-se também na ciência, apesar de esta não perder de vista nem a idéia da infragmentalidade do real nem métodos científicos que permitem reduzir as distorções induzidas no processo de construção de conhecimentos sobre a realidade. (SOUSA, 2002, p. 22).

A ocupação da USP talvez tenha ganho proporção na imprensa por se tratar de um evento enterrado no passado político do Brasil e por colocar em "xeque" decisões governamentais não esclarecidas à comunidade acadêmica e sociedade. O caso lembra, embora vagamente, situações de conflitos do passado em que a imprensa não podia relatar com a mesma liberdade as reivindicações dos estudantes, não podia questionar o governo e, da mesma forma, os estudantes não conseguiam se manifestar sem sofrer repressão por parte dos governantes que reagiam com forças militares. A ocupação representa um instrumento mais atual de agitação política e, como analisa Pierre Bourdieu, com a "[...] mídia agindo como instrumento de informação mobilizadora, uma forma perversa da democracia direta pode instalar-se [...]" (1997, p. 92). Ou seja, democracia nem sempre é sinônimo de liberdade. Então, a imprensa estabelece a comunicação e a estrutura comunicativa expõe uma carga de significados. Aliás, todo processo de comunicação envolve (re)significações.

> É esse conjunto de significados decodificados que "tem um efeito", influência, entretém, institui ou persuade, com conseqüências perceptivas, cognitivas, emocionais, ideológicas ou comportamentais muito complexas [...], são produzidos por relações econômicas e sociais, que moldam sua "concretização" no ponto final da recepção e que permitem que os significados expressos no discurso sejam transpostos para a prática ou a consciência (para adquirir valor social ou efetividade política). (HALL, 2003, p. 390-391, grifo do autor).

O que se apresenta neste trabalho, a respeito das relações entre jornalismo e movimento estudantil, é uma tentativa de levantar um debate e uma reflexão para alguns pontos do processo comunicativo. A desconstrução de comunicação direta, sem interferências e envolvimento, firmada pela própria imprensa, e a interpretação dos conceitos de Hall são fundamentais nesse processo. Assim, pretende-se repensar o jornalismo contemporâneo e sua relação com acontecimentos históricos.

Vale lembrar que política e democracia são dois conceitos que andam juntos, principalmente na contemporaneidade. Junta-se a elas a imprensa e sua importância na consolidação dos fatos. Então, essas forças formam juntas uma importante ferramenta para medir a integração social e, como tudo está interligado, "o termômetro que mede a democracia numa sociedade é o termômetro que mede a participação dos cidadãos na comunicação". (SOUSA, 1992, p.18).

Democracia também foi o termo usado por Llosa ao dizer que o perfil do jornalismo brasileiro corresponde ao de um país com uma política aberta a discussões: "equilíbrio entre opinião, análise e reportagem. Esse, o perfil do jornalismo contemporâneo, desde que praticado numa sociedade democrática". (MEDINA, 2007, p. A28). Isso equivale a dizer que há uniformidade e coerência na reprodução dos fatos. Mas vale questionar até que ponto isso é verdadeiro. O modelo de governo atual permite aos jornais se expressarem da forma que desejam, sem sofrer repressão, ao menos não de forma direta e por meio de violência como no período do governo militar. Também permite aos estudantes invadirem um patrimônio público e não serem massacrados pela polícia como já aconteceu há quase 40 anos.

No entanto, esse modelo de "democracia" é derivado de uma sociedade padronizada, pouco questionadora e bastante receptiva a tudo o que lhe oferecem. Pode-se dizer até que essa "soberania popular" é contraditória nesse ponto, porque, ao mesmo tempo em que "dá liberdade para os estudantes", reprime com forças policiais o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto. Os grupos com menos prestígio político são reprimidos e outros mais influentes e "elitizados", como os estudantes da USP, são evidenciados. Isso, certamente não é interessante para a formação de um país mais qualificado e uniforme na questão educação e economia. Pois "a idéia de democracia como a de um governo baseado na dominação consentida permite, entre outras coisas, divisar a articulação entre valores morais que são afirmados na esfera pública". (ALEXANDRE; KRISCHKE, 200-?, p. 01). O que acontece é que, como analisa a filósofa

Marilena Chauí, a democracia depende da relação de uma comunidade política, exige o princípio de igualdade e rotatividade de governantes e a interação de grupos sociais. Dentro desse contexto, a democracia da sociedade contemporânea não é, sequer, um fragmento do que essa palavra representa, pois "[...] a existência de democracias liberais não se deve a uma decisão espontânea das classes dominantes, mas à ação da luta de classes, na qual as forças populares obrigam os dominantes a esse tipo de regime. [...]". (CHAUÍ, 2001, p. 67). A ocupação talvez possa, a partir disso, ser chamada de "movimento democrático". Importa, então, desenvolver neste trabalho questões que analisem a democracia e reflitam sobre o quanto ela é positiva, por exemplo, para que se compreenda a postura ideológica dos veículos de comunicação que ainda se denominam imparciais e objetivos.

> O que torna a mídia tão perigosa é a sua capacidade de andar de mãos dadas com o Estado, enquanto vende a imagem de 'neutralidade', 'objetividade' e 'democracia'. É a sua capacidade de condicionar o imaginário, moldar percepções, gerar consensos, criar a base psicossocial para uma operação de grande envergadura, como a guerra. (ARBEX, 2001, p.8).

O olhar para o jornalismo no contexto de "reanimação" do movimento estudantil, a partir de manifestações que despertaram a atenção de grande parte da população nacional, se justifica pelo destaque que ganhou em jornais, onde foi discutido diariamente nos meses da ocupação e com espaço bastante significativo num periódico em que as notícias disputam vaga. Isso equivale a dizer que "a mídia funciona, neste sentido, como um elemento fundamental na representação de re-produção dos 'consensos de significação' resultante de hegemonias políticas, ou, ao contrário, participa de sua dissolução". (MARIANI, 1988, p. 144). Em concordância com Mariani e a fim de ressaltar as formas de interferências da mídia no contexto histórico, Sousa presume que, muito mais que a interferência pessoal no discurso da notícia, predominam os efeitos da organização para qual a jornalista trabalha, o meio social e comunitário em que atua e as formas de culturas e ideologias. (SOUSA, 1992, p. 40). Enfim, aquilo que é noticiado tem interferência direta no discurso que se propaga pela sociedade.

E, como todo discurso, também o midiático não está isento de interesses ao relatar um fato. A forma de distribuição das informações, os pequenos detalhes que compõem texto, fotografia ou planejamento gráfico já auxiliam na avaliação de determinado acontecimento.

Como analisa Cremilda Medina no seu livro *Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial:*

> [...] O jornalismo aprendeu a ordenar suas notas num esquema intencional. Esta ordenação é uma conquista no jornalismo da fase liberal, levanta toda a significação dos critérios grupais de valorização do que é importante ou não no fato. A seqüência linear por importância da informação dirige para o leitor uma escala de dados previamente escolhidos para serem valorizados. A seqüência se compromete, em primeira instância, com a avaliação opinativa grupal – critérios de ordenação tradicional na empresa jornalística. Sentimos isso claramente manifesto nas empresas mais tradicionais, que não entraram numa era de jornalismo industrial e estão se adaptando aos poucos aos critérios-massa. (A pirâmide invertida é freqüente em *O Estado de S. Paulo* ou no *Jornal do Brasil*). (MEDINA, 1988, p. 103).

A mídia poderia ter como papel social a prestação de serviços. Mais que uma difusora de informação, cultura e conhecimento, é formadora de opinião. Como enfatiza a pesquisadora da área de comunicação e cultura, Ivana Bentes (2007, p. 2), "[...] de certa forma, poderíamos dizer que, hoje, a mídia toma para si as funções que já foram da Escola, dos Educadores e da própria Universidade e tem um papel, gostemos ou não, decisivo na formação dessas novas gerações". Deveria, portanto, ser independente e, como diz Pery Cotta (1997, p.65), com "[...] alto espírito público, sendo crítico em relação a qualquer poder, em benefício da coletividade". Mas não é bem assim que as coisas funcionam. A imprensa representa um poder. É, enfim, uma das componentes daqueles que estão no comando, mas nem sempre explora seu potencial da melhor maneira. Nelson Traquina (2001, p. 57) discute essa relação entre mídia, política e a formação de opiniões, pois "o estudo do jornalismo debruça-se sobre as implicações políticas e sociais da atividade jornalística, o papel social das notícias, e a capacidade do *Quarto Poder* em corresponder às enormes expectativas de si depositadas pela própria teoria democrática".

Em ações políticas, os *media*[4] noticiosos são vistos de forma instrumentalista para o autor – eles servem objetivamente a certos interesses políticos. Para aqueles cuja postura questiona o sistema capitalista, apontados por Traquina como *esquerda*, são vistos como instrumentos que ajudam a manter o sistema capitalista. Já para os a favor do sistema econômico atual, antes denominados de grupo da *direita*, são vistos como instrumentos que confrontam o capitalismo. Então, a teoria da ação política abordada pelo autor é a de que as notícias são distorções sistemáticas que servem aos interesses políticos de certos agentes sociais bem

[4] Palavra inglesa utilizada para relacionar todos os meios de comunicação, traduz-se como "mídia".

específicos. Estes utilizariam as notícias para projetar suas idéias. (TRAQUINA, 2001, p. 81). A relação entre o jornalismo e política é histórica, não poderia, portanto, pensar em isenção partidária nesse sentido.

> Hoje, informar é uma complicada indústria nas mãos de complexos interesses em defensiva: econômicos, políticos, sociais, com o nexo comum da sua identificação com o sistema. [...] O resultado mais claro desta ordem de coisas é a situação indefesa do público perante a conspiração informativa e a dependência, cada vez maior, a que o sujeitam os *mass media*. (MEDINA, 1988, p. 30, grifo do autor).

Não se pode dizer que o público está indefeso depois das aplicações do processo de comunicação proposto por Hall. Porém, reconhecer o conflito existente entre relator (jornal), o grupo atuante (UNE e estudantes) e a instituição envolvida (USP) é importante para compreender esse modelo. Essa é uma das formas coerentes para conseguir perceber no panorama descrito em mais de 50 dias a presença do discurso político e os interesses por trás de cada um. A notícia, como foi descrita até o momento, é influenciada por diversos meios e em inúmeras etapas de produção. Tal qual uma fotografia ou filmagem, o discurso impresso também é fragmentado. Um evento como a ocupação da USP põe em conflito essa relação entre imprensa, Estado e sociedade a partir do momento em que a história serve como referência para desconstruir a idéia de imparcialidade e de responsabilidade social estabelecidas, principalmente, no processo de readaptação do jornalismo no final do século XIX.

3 UMA DECODIFICAÇÃO

O cenário onde se desenvolveu a polêmica relacionada aos decretos do governador José Serra, a Universidade de São Paulo, talvez tenha sido o mais propício. Em seus 73 anos, a instituição já foi palco de muitas discussões a respeito das reformas universitárias e da própria questão "autonomia". Além disso, é a representante-chave do sistema educacional do ensino superior e possui as características essenciais para descrever o processo de transformação dessas instituições – já que é considerada uma das maiores e melhores universidades brasileiras, com reconhecimento no exterior. É preciso ver a universidade não apenas como um centro de produção do intelecto e preparação de profissionais. Para compreender melhor o panorama da ocupação e as relações existentes nesse conflito, importa percebê-la como uma organização de caráter empresarial, fundada num sistema capitalista e "moderno" dentro dos referenciais neoliberalistas.

Embora tenha surgido com a apresentação de um propósito de estabelecer melhores condições de vida e preparação de mão-de-obra qualificada para a sociedade brasileira, as universidades tornaram-se, em pouco tempo, um mercado de disseminação de profissionais treinados para realizar serviços por um baixo custo e sem questionamento. Principalmente com a privatização do sistema e a idéia de democratizar o ensino, a função passou a ser a de "[...] *dar a conhecer para que não se possa* pensar. Adquirir e reproduzir para não criar. Consumir, em lugar de realizar o trabalho da reflexão. [...]" (CHAUÍ, 2001, p. 62). A educação continuou sendo privilégio de poucos, pois o sistema se estabelece de tal forma que beneficia filhos da classe média e alta. Apesar de ter um público reduzido, essas mudanças foram suficientes para desvalorizar os diplomas e fazer com que essas instituições mudassem de função para os governos. Ou seja, dessa forma, caminham para um futuro inerte, sem importância para governantes e finalidade positiva para a sociedade.

A ampliação do acesso às universidades, feita sem planejamento, como continua sendo, desvirtua o papel da instituição de formar cidadãos e começa a banalizar formas de conhecimento. Marilena Chauí chega a dizer que começaram a "[...] adestrar mão-de-obra dócil para um mercado incerto [...]" (CHAUÍ, 2001, p.46). Para a filósofa, as universidades estão concorrendo com as empresas na formação de profissionais e também na relação de produção de

capitais para o governo. As pesquisas viraram produtos e o modelo de educação superior ficou deslocado de um ideal:

> A universidade liberal, de fato, tornou-se anacrônica e indesejável no Brasil. Baseada na idéia de elites intelectuais dirigentes, de formação e condução do espaço público como espaço de opiniões, de equalização social pela difusão da cultura, a universidade liberal, como a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, está agonizando [...] (CHAUÍ, 2001, p. 54).

E foram exatamente os alunos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo os que mais se envolveram na ocupação. Pode-se entender aqui que, como perdem espaço e importância, reivindicam atenção e direitos. Talvez acreditem ser uma forma de contrariar os propósitos a que se direcionam atualmente as instituições de ensino superior.

As universidades passaram a seguir um modelo empresarial, com rendimentos e produção de uma matéria-prima fundamental para o controle social – o saber, o conhecimento. As questões levantadas ao longo da ocupação como uma possível perda de autonomia provocada pela criação da Secretaria de Ensino Superior, por um decreto do governador de São Paulo, não são nenhuma novidade. A autonomia já foi abandonada há muitos anos, ela é apenas sombra de um modelo utópico de educação no Brasil. Agora, ou é usada como estratégia de mercado, ou não é possível existir. Como analisa Chauí (2001, p. 57), "[...] os dirigentes só em aparência pertencem ao corpo universitário (são professores, em geral), quando, na realidade, são prepostos do Estado no interior da universidade [...]".

O que essas instituições representam para a sociedade é bastante importante para configurar as polêmicas existentes em torno delas. Chauí aponta duas vocações como fundamentais – a política e a científica. No caso, a vocação política tem uma relação histórica ainda maior que a científica. No começo, a partir de uma visão liberal, a postura política procurou estabelecer uma autonomia entre Estado e universidade, sociedade e universidade. Depois dos anos 50, a relação era com a luta por escolas públicas gratuitas. A popularização da universidade como forma de estabelecer "igualdade social". A próxima etapa da vocação política apresenta-se a partir dos anos 70, no governo ditatorial, ao limitar o conhecimento. Desde o início das práticas democráticas, estabelecidas ainda na sociedade grega, as relações políticas estiveram interligadas

com a universidade, as questões sociais e filosóficas. (CHAUÍ, 2001, p. 116-117). Mas existe uma integração entre vocação política e científica que, ora estão aliadas, ora entram em atrito.

A universidade, principalmente a pública, é um sistema político e um sistema econômico ligado ao governo. E, como analisa Hannah Arendt, "[...] a educação não pode desempenhar papel nenhum na política, pois na política lidamos com aqueles que já estão educados [...]" (ARENDT, 2001, p. 225). Então, para melhor educar, deveria ser independente dessas interferências. Mas até mesmo a "vocação científica" representada pelas pesquisas contém formas de política. Os assuntos escolhidos para trabalhos estão, direta ou indiretamente, ligados às propostas governamentais. Até mesmo a classificação e avaliação desses projetos dependem disso. Outro aspecto é que a própria vocação científica colabora com a afirmação de uma ciência política – ou seja, uma ciência disposta a analisar assuntos ligados a ela. O que interliga essas questões são dados relevantes para compreender a polêmica que levou à ocupação da USP e aos conflitos entre governo, imprensa e estudantes.

A discussão dessa organização prende-se muito mais às instituições públicas, com relações diretas com a sociedade e interferência governamental. No entanto, levando-se em conta que a educação também virou uma mercadoria, aplicam-se tais discussões a todas as instituições. A diferença é que, na universidade pública, a relação com governos é um pouco maior que nas particulares, porque dependem diretamente dessa verba. Mas ambas possuem relações políticas e econômicas. Discute-se aqui, também, a relação econômica das universidades com o governo, que, aliás, foi tema de discussão da ocupação porque os decretos submetiam a universidade à prestação de gastos ao sistema de contas – denominado Siafem. Diante disso, importa compreender que a universidade deve prestar contas à sociedade, porque utiliza dinheiro público e. "[...] dadas as dimensões da USP, avaliá-la é também necessário para orientar a análise técnica dos problemas operacionais e financeiros [...]" (CHAUÍ, 2001, p. 145).

Trabalhando-se o cenário da ocupação, depois das relações apresentadas acima, é preciso voltar à questão da autonomia para entender alguns conflitos. A questão central, apresentada na versão de *O Estado de S. Paulo* sobre os estudantes, era a perda de autonomia da USP. O próprio vice-presidente da Adusp e dirigente do Fórum das Seis, Francisco Miraglia Neto, levantou essa questão em uma entrevista:

> A gente entende os decretos do governador como sendo, sim, uma interferência na autonomia. A argumentação que os reitores colocam é que eles trabalharam para que os decretos se tornassem inócuos e que a autonomia seja mantida como sempre foi. Mas

> então eu pergunto, para que os decretos se nada se modifica? O discurso deles fica em termos como 'por enquanto não há temores'. A reação que os reitores e a comunidade acadêmica tiveram não proporcionou a criação de um momento político propício para ser feito o que está nos decretos. Mas eles não foram revogados, então podem ser usados em um momento mais favorável. (IWASSO, 2007, A12).

A Universidade está, sim, sendo palco de um espetáculo que envolve diversas forças de atuação e poderes. A instituição, enquanto unidade política, também atua nesse conflito. A questão vai além de uma pretensão de "brindar" os 70 anos da União Nacional dos Estudantes com uma retrospectiva dos movimentos da geração que viveu 1968. São interferências que já estão em jogo há anos, mas que precisaram de algo um pouco mais declarado para voltarem à tona – como o decreto:

> Sob suas múltiplas manifestações, a idéia de autonomia, como a própria palavra grega indica – ser autor do *nomos*, ser autor da norma, da regra e da lei -, buscava não só garantir que a universidade pública fosse regida por suas próprias normas, democraticamente instituídas por seus órgãos representativos, mas visava, ainda, assegurar critérios acadêmicos para a vida acadêmica e independência para definir a relação com a sociedade e com o Estado. (CHAUÍ, 2001, p. 183).

Porém, como a universidade tem receitas e despesas submetidas a uma administração governamental, a autonomia deixa de ser algo próprio da instituição e passa, mais uma vez, a depender de questões políticas. E isso porque os administradores mudam, as idéias e projetos são outros e o ritmo da universidade não é o mesmo da política. Ou seja, essa autonomia, outrora explorada como uma conquista e uma marca da democracia, deixa de ter efeito quando submetida a uma série de normas e intervenções.

Durante a ocupação, essa idéia de "ferir" a autonomia universitária foi bastante discutida. Vale, agora, refletir sobre essa questão ao lembrar que o artigo 207 da Constituição diz que há autonomia financeira e patrimonial, administrativa. Mas o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, Andes, acredita, conforme publicado por Chauí (2001, p. 203), que "[...] a lei permite a confusão entre autonomia dos órgãos estatais de administração direta e autonomia universitária, o que reduziria as universidades à condição de autarquias, portanto sem independência com relação ao poder executivo". Foi exatamente isso que aconteceu com a ocupação da USP, tanto que, depois das polêmicas e a pedido dos reitores das universidades estaduais de São Paulo, Serra apresenta os decretos declaratórios para explicar que muitos não se estendem às universidades.

3.2 O JORNALISMO NA INTERPRETAÇÃO DOS FATOS

Analisar a cobertura do jornal *O Estado de S. Paulo* sobre o evento da ocupação da USP ajuda a compreender o rumo que os dois grupos em foco – jornal e estudantes - ganharam nas últimas décadas. As relações sociais e políticas difundiram-se e transformaram-se ao longo da história, inclusive, para esses grupos. Portanto, importa ver de que forma a atuação e postura que assumiram podem levá-los a um discurso banal, e até desprezível pela sociedade, quando esta tiver consciência da superficialidade das questões apresentadas em meio a situações que mereceriam maior destaque e atenção. Isso porque, tendo como base o confronto de idéias e interesses desenvolvido no cenário da Universidade, percebe-se que o evento pouco auxiliou para promover um debate a respeito da situação do sistema educacional no Brasil Apresentam-se, portanto, crises que afetam o jornalismo e o movimento estudantil, pois, agindo assim, perdem sua finalidade. Todo esse panorama está interligado ainda com a crise que se estende pela política em geral.

Ao observar o comportamento da imprensa e de estudantes nesse episódio, pode-se considerar que a crítica estabelecida aos confrontos entre universidade e governo passa a ser apenas repetitiva. Por esse motivo, perde seu valor, uma vez que não oferece propostas para soluções negociáveis e reflexivas. Além disso, ambos os grupos ajudaram a manipular um olhar singular, demonstrando a parte como um todo. Esta análise busca explanar as referências para uma nova leitura do jornalismo no contexto da ocupação. Importa demonstrar como é possível ter várias leituras para os estudantes, que, apesar de todas as críticas que fazem e recebem do governo, podem, em breve, estarem ocupando cargos públicos como é o caso do governador José Serra, ex-presidente da União Nacional dos Estudantes.

Conforme os conceitos de Stuart Hall apresentados anteriormente sobre o processo de codificação e decodificação das mensagens, os veículos de comunicação utilizam para as notícias a mesma linha do modelo de produção apresentado em *O Capital*, de Karl Marx. Para comunicar, da mesma forma que para produzir um bem material, é preciso passar por vários momentos independentes e interligados como: produção, circulação, distribuição/consumo, reprodução. Desde que o jornal se estabeleceu como uma empresa, obedece aos mesmos processos das mercadorias. (HALL, 2003, p. 387). Não apenas o modelo de produção é próximo, como o

resultado final, inclusive das influências da mercadoria, sendo que esses produtos podem influenciar tanto ou mais que os outros. A produção de idéias em jornais não se limita à função de suprir um desejo ou necessidade, mas é ferramenta fundamental para a formação de um "caráter" que aceita ou questiona esses mesmos desejos e necessidade. E, hoje, o "comércio" de idéias e subjetividades é tão fluente quanto o comércio de produtos mercadológicos da era capitalista. Peter Pál Pelbart, em *Exclusão e Biopotência no coração do Império*, detalha um pouco mais essa relação entre a comunicação e as demais mercadorias. "[...] Vemos instalar-se nas últimas décadas um novo modo de relação entre o capital e a subjetividade". (PÁL PELBART, 2007, p. 2). Ou seja, as pessoas se firmam através desses produtos, constroem sua personalidade a partir disso. A sociedade passou a adquirir modelo de vida, costumes, modelos de compreensões políticas, de aceitação, que interferem na configuração de todo o sistema governamental.

Portanto, como foi discutido com os conceitos de Hall, a diferença que se estabelece entre mercadoria e notícia é que o produto da comunicação aparece em vários momentos e se complementa no final. Assim, pode-se observar que, a partir da produção das notícias, existe um código e esse segue um determinado referencial. Depois, a reportagem garante um novo processo, que costuma seguir uma determinada pauta, mas é também influenciada pelo recorte do repórter. No processo seguinte, o editor pode manter ou alterar o sentido da matéria com cortes para adaptação ao espaço do jornal ou mudanças de palavras-chave do texto para chamar a atenção do leitor. Tudo isso interfere na retratação de um fato por um veículo de comunicação.

Sobre o evento da ocupação da USP, observa-se que pode ter ocorrido interferência por parte dos comunicadores e interesses de um jornal com importância nacional e forte representação na área de comunicação. Isso se apresenta nas reportagens, mas o processo começou ainda na produção. Tal teoria pode ser compreendida e observada na ausência de cobertura da ocupação nos primeiros 13 dias. Nesse período, o que os estudantes faziam ou reivindicavam parecia ser ignorado, ao menos pela sociedade, uma vez que as coisas só parecem existir no momento em que a imprensa fala sobre elas. Como uma forma de abafar a situação, e talvez para não incentivar a prorrogação do manifesto, o noticiário e as páginas de artigos e opiniões se recusaram a discutir as causas do movimento que levantou polêmica sobre a declaração dos decretos do governador de São Paulo. Não se pode afirmar isso com total certeza sem depoimento dos envolvidos no processo de produção de notícias do jornal, mas essa é uma leitura que pode ser feita.

No dia 04 de maio, um dia após o evento que aconteceu na quinta-feira, o *Estadão* publicou duas colunas, numa proporção inferior a meia página da A18. O título era: *Alunos da USP invadem reitoria contra governo*. Porém, depois dessa publicação, voltaram a falar do assunto apenas no dia 16 de maio e em forma de artigo – agora, com um título mais temático e aberto: *A invasão da Reitoria da USP*. Embora maio fosse um mês com vários acontecimentos em pauta – como o caso da política nacional, dos problemas nos aeroportos, da comemoração pelo Dia das Mães, entre outros assuntos-, o intervalo de tempo entre as duas publicações é bastante grande se comparado ao fato de ter, depois desses 13 dias, virou tema dos demais exemplares. Não se incentiva aqui a cobertura exagerada e desnecessária que se estabeleceu depois, no entanto, é possível ler através desse contexto, embora essa não seja a única leitura possível, que tal ação aconteceu já com intenções. E, apesar de essa não ser uma pesquisa quantitativa, é importante ressaltar os vazios e silêncios do jornal com relação à ocupação, porque também é uma forma de discurso.

Outro detalhe relevante para essa interpretação é que nos dias 13 e 14 publicaram-se matérias falando sobre os projetos de inclusão social com alunos da Universidade de São Paulo, a exemplo de uma matéria sobre saúde e avanços tecnológicos cuja titulação prestigiava o estudante: *Jovem doutor dá dicas de saúde* – o aluno era da USP. Citar a USP como uma instituição de prestígio, com bons projetos e promover a imagem dela num momento em que discussões maiores acontecem, abre espaço para um entendimento de uma postura do jornal em defesa da Universidade, pois mostra seu lado produtivo com as pesquisas, e ajuda a difundir a idéia de que o que está acontecendo é insignificante diante dos projetos existentes para tal instituição. A partir do momento em que universidades também agem conforme um mercado, com direito à concorrência, divulgar bons trabalhos da instituição que *O Estado de S.* Paulo ajudou a fundar é algo conveniente e eficaz para esconder crises. Além disso, é um reforço à "exaltação" do *homo sapiens*, ou seja, da idéia de soberania por meio da educação.

Apontar para a formação de jovens pesquisadores em detrimento aos manifestantes faz parte de uma postura intrínseca da sociedade contemporânea que estabelece a educação como mais um recurso hierarquizado e elitista. Desse modo, ajuda a firmar a universidade como uma fábrica de seres automatizados e não críticos. Isso tudo contrapõe a visão de Ivana Bentes (2007, p. 4), pois, para ela, "a educação, a pesquisa e o ensino sempre tiveram outra função e outras aventuras que não esse conhecimento cumulativo [...]". Portanto, a universidade deveria

ultrapassar a formação de mão-de-obra especializada, função que Ivana repassa aos cursos técnicos. A idéia seria justamente levantar questões, extrair do mundo que é apresentado a esses estudantes um pensamento ou uma ação. (BENTES, 2007, p. 4).

A hipótese de que a ausência de comentários não aconteceu por falta de critérios de noticiabilidade, ou seja, pelo desinteresse do fato como notícia por parte da população, como se tal informação não tivesse o que no jornalismo se chama de alcance, impacto, já foi apresentada. E isso pode ser mais uma vez reforçado, com um olhar mais crítico sobre a primeira publicação - faltou desenvolver mais, explorar mais o contexto da ocupação. No material apresentado no dia 4, há apenas uma descrição do desacordo ou descontentamento com o decreto publicado pelo governador José Serra que criava uma Secretaria de Ensino Superior. No entendimento dos estudantes, de acordo com o que o jornal descreveu e defendeu por um bom período, isso colocaria em risco a autonomia universitária: "[...] Os fatos foram entendidos por parte dos estudantes e da comunidade acadêmica como uma interferência do governo na autonomia universitária [...]" (IWASSO, 2007, p. A19). Sabe-se, porém, que essa interpretação, ou decodificação, para lembrar mais uma vez Stuart Hall, vai mudar ao longo da cobertura, quando a falta de compreensão dos decretos não será mais utilizada como argumento para a ocupação que ganhará proporção de rivalidade político-partidária.

Como já foi dito, a história de *O Estado de São Paulo* está ligada à fundação da USP. Então, o que prevalece nesse primeiro momento do evento pode ser interpretado, com a ajuda de Cremilda Medina, como uma simples estrutura de "[...] fórmulas de um consumo fácil: a *cronologia do acontecimento* e a sua reprodução é o caso mais típico, o que se chama 'ilusão cronológica' ou tentativa de recomposição do real referenciado" (MEDINA, 1988, p. 102). Em outras palavras, a pouca, ou ínfima, presença de notícia nos primeiros dias e com informações superficiais, seria apenas uma apresentação cronológica, para não perder para outros jornais a apresentação de uma notícia. O breve relato era suficiente.

Foi no dia 16 que a configuração de um panorama da ocupação invadiu as páginas do jornal. Dessa vez, de forma crítica, através da coluna *Notas e Informações* da página A3, com uma carga mais opinativa. Em *A invasão da reitoria da USP*, os adjetivos para qualificar o movimento ganham destaque. Inicia-se a apresentação do confronto entre governo e estudantes: "[...] como as negociações não prosperaram, pois os alunos insistiram em fazer reivindicações absurdas, Serra se dispõe a romper o impasse, recorrendo à Justiça para acabar com uma

inadmissível afronta ao princípio da autoridade por um grupo de estudantes irresponsável". (O ESTADO DE S. PAULO, 2007, A3). O governo não pareceu disposto a fazer-se por entender e o jornal ajuda a reproduzir o discurso de Serra ao chamar as reivindicações de absurdas, adjetivando-as, e aos estudantes de irresponsáveis, rotulando-os.

Vale lembrar aqui que a teoria da construção da notícia, apresentadas antes por Schudson e Sousa, serve para justificar tanto essa relação entre as matérias publicadas e o governo, quanto o conteúdo reproduzido e o cenário da ocupação. Isso porque o fato de *O Estado de S. Paulo* decidir manter a cobertura da ocupação já implica em uma interferência - a denominada ação social, ou seja, uma imposição por estrutura da empresa ligada ao objetivo de divulgar informações diárias sobre o evento. Como nem sempre acontecem coisas interessantes, até mesmo num movimento como o em análise, a repetição e divagação podem começar a aparecer. O assunto esteve diariamente no jornal até final de junho. Além disso, o fato de ter que seguir uma linha editorial também acaba por influenciar o repórter. A convivência com os estudantes refletirá ainda na ação pessoal, trabalhada por Schudson como os valores e princípios daqueles que reproduziam a história através de um olhar que envolvia valores e princípios desse "narrador" – ou seja, a subjetividade do autor do texto. Aí, seguem-se outras interferências, ligadas a questões históricas (ação cultural) e as relações de grupos com idéias e posturas diferentes, neste caso, a ação ideológica, que liga empresa, repórteres, alunos, professores, universidade e diversos grupos que possam se compor e confrontar. Portanto, "[...] embora as notícias representem determinados aspectos da realidade cotidiana, pela sua mera existência, contribuem para construir socialmente novas realidades e novos referentes". (SOUSA, 2002, p. 13).

Ainda neste dia, 16 de maio, os números indicam a participação de 300 alunos na manifestação, ou seja, como de praxe no jornalismo, recuperam-se informações básicas da primeira matéria quando se publica a próxima relacionada ao mesmo assunto – a chamada *suíte*. Porém predomina, a partir dessa data, a postura parcial do jornal, com uma narrativa pró-governo e com a idéia de rivalidade política que se apresenta na relação dos alunos com outros partidos: "[...] Vinculados a micro-partidos de esquerda radical, como o PC do B, PSOL e o PSTU, e contando com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores da USP, os estudantes acusam o governo estadual de reter verbas para o ensino superior e de ser contrário à autonomia das universidades". (O ESTADO DE S. PAULO, 2007, A13). A oposição entra em cena.

Tanto tempo sem nada explicar à sociedade, de repente o jornal assume um dos lados e parece, ao invés de promover, querer sufocar o debate em questão. Independentemente de o movimento estudantil estar certo ou errado, o que precisa ser analisado é o mito da imparcialidade. O jornal pode ter direito de escolher um dos lados, desde que isso fique claro. Não se pode deixar de lado o título da primeira matéria: "*Alunos da USP invadem reitoria contra governo"*, que não parece nada imparcial como se prega. Mais de uma leitura pode acontecer só a partir dessa frase. A ocupação aconteceu por causa de um decreto do governo, portanto contra isso, mas o que *O Estado de S. Paulo* quer dizer, e dirá ao longo da cobertura, é que a estratégia de ocupação seria uma forma de atingir a imagem do governo e colocá-lo em crise. Ou seja, desde o primeiro momento, trabalhou-se a idéia de uma disputa puramente política presente na discussão da autonomia universitária. Sem pretensão de assumir o lado dos manifestantes, importa perceber que, dificilmente, eles teriam "chances" no jornal posicionando-se contra Serra e ferindo a imagem que a USP tinha de ter alunos exemplares.

O discurso do jornal foi importante para a construção de significados e para a configuração de uma ocupação. Como vimos anteriormente, a linguagem é composta de códigos (signos) e por isso está sujeita diferentes decodificações. Nesse contexto, é considerável resgatar o conceito de refração de Bakhtin para melhor avaliar a situação. "Um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra. Ele pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico, etc. [...]" (BAKHTIN, 2004, p. 32). A refração é o desvio da direção, ou seja, um caminho diferente que a informação pode ganhar no decorrer do processo de produção da mensagem. Em um artigo publicado em uma revista da Universidade Federal de Rondônia, a professora Marinalva Vieira Barbosa faz uma leitura interessante sobre o conceito de refração de Bakhtin. Tal definição pode ser considerável para a compreensão da interpretação do jornal sobre a ocupação da USP, pois, para ela:

> [...] a palavra, quando entra na arena discursiva, passa por constantes transformações. Ela é lançada pelo locutor, mas quando devolvida pelo interlocutor, que já tem mudado de posição, passando a ocupar a posição daquele, não é mais a mesma. É a palavra do primeiro locutor, que a proferiu considerando o seu interlocutor, mais o sentido do segundo locutor, que a devolve com uma carga a mais de sentido. Assim, podemos afirmar que, em situação de uso, a palavra se vai revestindo de sentidos, tons e valores. (BARBOSA, 2001, p. 3).

Várias interpretações e sentidos podem ter sido acoplados nesse processo de decodificar a ocupação. Mas o "jogo" não foi escancarado no começo, até porque o governador demorou para esclarecer a função dos decretos, o que só aconteceria no dia 31 de maio. Enquanto isso, ficava difícil relacionar o movimento que acontecia na universidade com o confronto ideológico entre os partidos na liderança e as pequenas siglas partidárias - citadas como as organizadoras da ocupação. Contudo, depois dos "esclarecimentos", começou mais abertamente a pressão contra o fim do manifesto. Interesse num fim que, inclusive, pode ser questionado. Talvez a intenção não fosse terminar com a ocupação, mas fazer com que as reivindicações e o protesto contra os decretos servissem para desestruturar o próprio movimento estudantil por suas contradições e sua (des)organização. A idéia talvez fosse rotular o grupo, afinal, quando há interesse em acabar com alguma manifestação, ela não ganha tanto destaque e a imprensa sabe bem como acionar "poderes" capacitados para isso. Mas, se a intenção não era um fim, em junho as edições contaram com ajuda de políticos e professores para consolidar a idéia de que todo o "espetáculo" armado não passou de uma manobra para tentar atingir Serra:

> Se um objetivo real, mas nunca declarado, era o de atingir a imagem do governador José Serra (PSDB), os manifestantes da USP conseguiram, até aliados do tucano admitem que a crise da Universidade de São Paulo (USP) respingou nele, embora ressaltem que existam motivações política e eleitoral para desestabilizá-lo [...] (NUNOMURA, 2007, p. A17)

Nas entrelinhas, a interpretação da ação dos estudantes já ganhou um direcionamento ideológico marcadamente traçado. Um movimento social - que por sinal já traduz na própria denominação tratar-se de uma ação em grupo e, a partir disso, de caráter político – é necessariamente uma oposição ao governo. Caso contrário, não haveria necessidade de manifestar-se. Como isso se tornou comum no século XIX, mesmo que as questões fossem entre grupos de fora do governo, seriam os governantes os mediadores desse conflito, e, a partir do momento em que eles assumissem uma postura, ou assumissem um dos lados, seria sempre oposição "[...] Se a universidade lida justamente com a constituição dos saberes e sua história, deveria estar acostumada, por dever do ofício, a encarar as divergências como fecundas, em lugar de tratá-las como barbárie [...]" (CHAUÍ, 2001, p. 110-111). Então, lê-se aqui que o movimento social é um código hegemônico de oposição política – o que torna desnecessária a acusação publicada no jornal sobre a afronta ao governo Serra. Não se trata de um golpe, mas de uma ação

– e aí não cabe discutir agora se organizada ou conturbada – que levantou polêmica sobre uma postura do governo paulista. Aliás, essa relação de diálogo e questionamento entre governo e sociedade deveria ser obrigatória e constante para entender como decretos e demais decisões afetam a sociedade.

O jornal publicou ainda, na coluna *Notas e Informações*, uma narração que referencia sua postura e opinião pelo movimento, como fica evidente no trecho:

> Desde o início, a ocupação da Reitoria foi marcada por atos de puro vandalismo. Além de terem arrombado portas, danificado móveis e depredado salas da Reitoria, os invasores abriram arquivos, apoderaram-se de documentos confidenciais da administração e os divulgaram junto ao chamado "movimento estudantil" [...] (O ESTADO DE S. PAULO, 2007, A3).

Defender um grupo disposto a prejudicar a sociedade que o sustenta não é nada conveniente. A partir do que descreve *O Estado de S. Paulo*, não haveria razões para os paulistas, e mesmo os demais brasileiros – pais, professores, empresários, estudantes – apoiarem tal atitude. O radicalismo ficou como marca do movimento estudantil. Esse é, inclusive, um traço intensamente explorado desde a época da ditadura militar como uma forma de excluir as propostas dos estudantes – é como se ficasse um conselho do tipo: "baderneiros não têm razão". A irreverência desses jovens certamente não é benéfica, mas o que deixa dúvida é a falta de esclarecimento decorrente, mesmo na cobertura total dos 50 dias. Falou-se muito dos alunos e pouco sobre o que os levou à ocupação. Faltou discutir qual exatamente era a questão em debate e como isso afetava a sociedade como um todo. Uma proximidade maior entre os temas em pauta com a população talvez deixasse os leitores interpretarem de forma mais aberta os símbolos envolvidos no evento. Parece, porém, que fica mais fácil apenas colocar os estudantes como incompetentes e ingratos por estarem estudando na "melhor universidade do país". Então, informações que colaborassem para esse panorama interessavam: "[...] Ao tentar negociar a desocupação, os dirigentes da USP observaram que os invasores, por pertencerem a diferentes facções ideológicas e grupos políticos, não se entendiam". (O ESTADO DE S. PAULO, 2007, A3). Se não se entendiam, era porque nem eles sabiam o que esperavam resolver. Essa é uma das formas de compreensão possível com o texto apresentado. No ponto de vista de estudantes, talvez, essa diferença na postura seja importante para manter um movimento mais pluralista. Mas nem todos se interessam em fazer essa leitura.

O evidente, no entanto, é que o modo como a descrição do evento foi construída depois do dia 17 de maio em *O Estado de S. Paulo* parece realizar uma retrospectiva para corrigir a ausência anterior. Neste dia, a reportagem explica mais uma vez a publicação do decreto e diz que a ocupação começou ao acaso, pois "no dia, tinham uma audiência marcada com a reitora. Quando chegaram ao local e foram informados de que ela estava em viagem fora do país, decidiram, em assembléia feita naquela hora, ocupar o prédio". (IWASSO, 2007, A19). Seria apenas algo impulsivo? O jornalismo poderia trabalhar melhor o assunto e buscar os motivos da ocupação. Como não demonstrou muito interesse em fazer isso, cabe aos leitores esse questionamento para compreensão do fato.

Para o processo de interpretação das notícias, também é importante perceber que quase sempre algo que é analisado "de fora" tem uma perspectiva diferente daqueles que estão do lado "de dentro". A conotação de lado aqui não está relacionada à postura política ou ideológica, mas simplesmente de envolvimento, ou não, com os representantes da ocupação e governo. No caso, o jornal acompanhou de perto o que acontecia na USP, mas os jornalistas não faziam parte dos ocupantes para entender melhor a situação. Então, a compreensão do jornal pode se estabelecer de forma contraditória aos participantes do movimento em prol da autonomia universitária que, por sua vez, também pode ser diferente da interpretação da sociedade. É, novamente, a codificação e decodificação. Hall (2003, p. 390) explica que, assim como o leitor decodifica a mensagem do emissor para captar uma mensagem, também a imprensa passa por esse processo na narrativa de um acontecimento. Embora muitos possam dizer que o apresentado foi um "fato", não se pode esquecer que todo fato tem mais de uma leitura. Não existe fidelidade na representação, pois "[...] não há grau zero na linguagem. Naturalismo e 'realismo' – a aparente fidelidade da representação à coisa ou ao conceito representado – é o resultado, o efeito, de uma certa articulação específica da linguagem sobre o 'real'. É o resultado de uma prática discursiva". (HALL, 2003, p. 393). *O Estado de S. Paulo*, além da relação com a USP, envolveu-se com a ocupação ao "conviver" quase que diariamente com os estudantes – observavam eles de perto, mas não exatamente "de dentro". Assim, a descrição se estabelece com a seguinte entonação na página A3 do dia 31 de maio:

> A opção pela estratégia da paciência teria sido sensata, fossem outras a mentalidade e as intenções dos ocupantes, e não estivessem, como sempre, apostando no quanto pior melhor os setores marginais da comunidade acadêmica – atuantes notadamente nos sindicato dos funcionários -, que a eles se aliaram, oportunisticamente, para expor o

> tucanos José Serra ao maior desgaste político possível. [...] (O ESTADO DE S. PAULO, 2007b, A3).

Predomina o mesmo olhar dos estudantes que se tinha num passado ainda recente – a idéia de "quanto pior, melhor". Vamos aqui abrir espaço para se refletir no quanto os próprios alunos conseguiram, de certa forma, firmar essa idéia que se tem sobre eles. Durante a pressão e repressão do governo militar era mais fácil justificar qualquer ação, mas, diante de um governo "democrático" e de uma sociedade cada vez mais indiferente a sua cultura, qualquer ação impensada, ou pouco justificada, pode reforçar a idéia de desordem do movimento. O jornal colocou ainda o grupo docente como apoiador desse protesto, considerado por eles, "injustificável": "[...] Além disso, eles estão sendo incentivados pela deplorável conduta de professores que se dizem democratas e legitimam a invasão pela recusa de se pronunciar sobre ela". (O ESTADO DE S. PAULO, 2007b, A3).

Com um espaço praticamente fixo e diário em *O Estado de S. Paulo*, na sessão *Vida&,* o assunto USP é reconfigurado. Vale lembrar, como apresenta Florestan Fernandes em *A questão da USP*, que a instituição em debate tem um publico semelhante ao do jornal, foi "[...] concebida como uma universidade das elites para as elites e ardentemente mantida nesses moldes pela maioria das escolas [...]" (FERNANDES, 1984, p. 07). E se a USP é uma universidade para as elites, o jornal, como se observa ao longo de sua trajetória e é reforçado por Raul Juste Lores e Roberta Barbosa, também é:

> Desde sua criação, o jornal foi direcionado à elite. Tinha como objetivo principal ser lido pelos formadores de opinião. Essa postura é adotada ainda hoje pela família Mesquita, que dirige o jornal desde o final do século passado. Afinal, não há interesse em colocar *O Estado* em lugares onde as decisões não são tomadas. [...] Ao longo de seus 120 anos de existência, *o Estado* sofreu modificações tanto gráficas quanto editoriais, mas manteve sempre sua fidelidade ideológica. (BARBOSA; LORES, 1988, p. 139-140).

O que interessa analisar neste contexto para a compreensão do conflito entre jornal, estudantes e governo é que a ideologia pode ser diferente mesmo dentro de uma única classe social. Os alunos da USP são, em geral, filhos de empresários e pessoas com boas condições financeiras – a elite. Os leitores, ou uma parte considerável deles, conforme demonstram análises de jornais de São Paulo, como aquela apresentada no livro *A história dos jornais de São Paulo*, também fazem parte desse grupo elitizado. Contudo, pelo fato de a universidade trabalhar com

outras ideologias e propostas políticas, os estudantes, mesmo sendo integrantes do grupo de leitores, podem não ser coerentes à visão política hegemônica, ou tentam parecer opostos a isso. Assim como pode ser uma pseudo-ideologia – ou seja, uma falsa idéia de buscar democratizar a educação no que se refere aos manifestantes. Evidencia-se aqui também um mito no contexto da universidade como formadora de seres "pensantes", principalmente num momento em que a disseminação e fragmentação do Ensino Superior servem para criar o que Marilena Chauí (2001, p. 46) chama de "mão-de-obra dócil" e não para formar uma elite dirigente.

Todas essas questões colaboram para que os movimentos percam força no decorrer do tempo, pois as opiniões mudam, ou retornam ao "consenso familiar". Isso pode ser decorrente do choque daquela visão utópica que se tem da teoria quando confrontada com o desencorajamento das situações vivenciadas na prática cotidiana. Assim, os alunos que antes protestavam, a exemplo de Serra e José Dirceu, agora estão na política sendo alvos de crítica e, muitas vezes, agindo em desconformidade com o que pregavam anteriormente.

Outro ponto a ser relativizado é que não é a primeira vez que o movimento estudantil se propõe a discutir a educação por meio dessa instituição, representante forte das demais. A USP "[...] jamais poderá ser apenas um centro cultural do poder conservador preso às servidões da ordem. É também um centro cultural do pensamento crítico radical e revolucionário, polarizado pelas lutas de classes e pelos interesses populares na transformação da sociedade [...]" (FERNANDES , 1984, p. 10).

Chamou a atenção do jornalismo e da sociedade o fato de um movimento que perdia força reagir repentinamente. Quando os estudantes pareciam estar numa fase passiva, como uma "gota d'água" os decretos serviram para uma manifestação. Em outros momentos aconteceram fatos político-administrativos merecedores de repressão, mas foi o decreto da criação da Secretaria de Ensino Superior e da submissão do orçamento universitário ao Sistema de Cotas do Estado (Siafem) um dos impulsionadores da iniciativa. Não se pode ser inocente e acreditar que isso tenha sido o único motivo responsável pela manifestação, pois há anos a política está em crise, a educação precária e, ainda assim, é preciso lembrar que o movimento estudantil completa 70 anos neste ano com o aniversário da fundação da União Nacional dos Estudantes. Os decretos, porém, proporcionaram o desenrolar do movimento:

> [...] todos aqueles que se dedicam ao estudo da História dos movimentos sociais sabem que estes movimentos apresentam momentos "privilegiados" em que, por fatores

> conjunturais, eles crescem, abandonam sua aparente letargia e se transformam nas grandes molas propulsoras do desenvolvimento histórico. Nesses momentos, assistimos aos grandes dramas da evolução social e política da humanidade. (MENDES JUNIOR, 1982, p. 09).

Isso pode ser decodificado de diferentes maneiras. Para os historiadores, por exemplo, fica mais fácil ter uma visão dinâmica do evento enquanto fato fundamental para a construção da política, reformulação do sistema educacional e social do país. Isso porque eles estão em constante contato com pequenos traços importantes para a compreensão desse contexto. Indiferente, porém, de um movimento social conseguir promover grandes ou pequenas mudanças, o que deve ser considerado é a discussão que ele promove e os pequenos detalhes que ficaram marcados na história. O chamado momento privilegiado pode ter a ver tanto com as relações políticas, como a fragilidade de propostas, a exemplo do que aconteceu com a educação. Se este era o momento ideal para a comunidade acadêmica se manifestar, ou não, não cabe um julgamento precipitado agora. No entanto, o fato de a questão da reforma universitária estar em pauta há anos pode ser um dos "privilégios" para tirar os estudantes do que Mendes Junior chama de letargia. Ainda em 2007, algumas instituições já começaram a reestruturar seus vestibulares para as cotas propostas pelo governo federal, ou seja, é um período de mudanças.

Em torno dessas questões, antes de prosseguir, ressaltar a missão de *O Estado de S. Paulo* publicada no Manual de Redação e Estilo do grupo pode ajudar na compreensão do objetivo deste estudo que, antes de criticar um veículo, busca mostrar um rumo do jornalismo na sociedade contemporânea e propor algo menos mítico e demagogo. Essa proposta também objetiva pensar o jornalismo não como uma ferramenta de comunicação, mas como uma instituição capaz de auxiliar o desenvolvimento ou a estagnação de uma sociedade crítica e pensante. Sendo assim, não é preciso ser isento para melhor descrever. Pode-se manter uma postura diante dos fatos, o que está sendo questionada é a idéia da imparcialidade e objetividade diante de um assunto com diversos pontos políticos. Vale reforçar que está escrito da seguinte forma os objetivos do jornal:

> Missão: Editar um veículo de comunicação e informação defensor da democracia, da livre iniciativa, idôneo, moderno e comprometido com o seu permanente aprimoramento.
> Ser inovador, oferecer produtos e serviços de qualidade a seus leitores e anunciantes, promovendo o desenvolvimento dos seus recursos humanos e garantindo rentabilidade aos seus acionistas. Buscar constantemente o jornalismo diferenciado e investigativo, difusor de idéias **pluralistas** e que analise e interprete fatos isentamente e esteja sempre

> voltado para os interesses do cidadão. (O ESTADO DE S. PAULO, 1997, p. 4, grifo nosso).

Esse é o ponto crítico do jornalismo brasileiro - essa espécie de "vestimenta" que usa com a intenção de proliferar uma crendice criada há muitas décadas. A idéia de imparcialidade foi algo construído. Não deveria ser escondida a postura de um veículo de comunicação por causa de um mito que não pode ser aceito na contemporaneidade. Com os estudos sobre comunicação e linguagem, sabe-se que não há imparcialidade no recorte e na transposição de um fato de um lugar para outro – ou seja, não há como querer ser fiel à ocupação quando ela sai do espaço físico da reitoria da USP e passa a ocupar páginas de um jornal. A partir do momento em que os leitores se decidem por um determinado jornal, ou qualquer que seja o veículo de comunicação, deveriam ter o direito de saber sua postura política declaradamente, ou, ao menos não ter que "engolir" que ali estará apenas o fato, pois é impossível ser totalmente pluralista. A própria cultura desenvolve numa determinada sociedade um jeito de olhar parcial. Porém, "[...] o jornalismo tem sido um negócio e as notícias uma mercadoria que tem alimentado o desenvolvimento de companhias altamente lucrativas". (TRAQUINA, 2005, p.27).

Se não houvesse esse mito da imparcialidade imposto ao jornalismo, as diversas formas de codificação seriam positivas para a idéia de pluralidade. E isso não aconteceria dentro de um jornal, mas com a leitura de vários. É também uma forma de moldar o mercado. O lucro continuaria e ainda incentivaria a capacidade de crítica social. Sabe-se que algumas vezes o veículo pode seguir uma linha de codificação sem ter, necessariamente, uma intenção consciente de manipulação e parcialidade, porque a subjetividade pode sobrepor-se aos fatos. Contudo, como citado anteriormente, o recorte já acontece a partir de escolhas feitas pelo pauteiro, repórter e editor, quando não pelo próprio diretor do jornal. Manipulação consciente, ou não, não é o tema deste trabalho. Discute-se apenas a falácia da imparcialidade. E a matéria publicada no dia 19 de maio pode ser um exemplo de que isso não ocorre. Nela, foi anunciada festa dos que ocuparam a reitoria, sob a narrativa que diz que estudantes "[...] anunciaram uma festa em frente à reitoria 'contra a repressão', como dizia o blog criado pelo grupo. 'À noite, com muito samba, hard core e camaradagem! Vambora que é festa!'". (IWASSO; GODOY, 2007, A35)". O texto pode ser analisado sob outras perspectivas, uma vez que essa informação, sim, talvez tenha muito mais ideologia que critérios de noticiabilidade, ao contrário da ocupação ignorada no início. Esse

recorte retirado do texto mais parece um meio de induzir o leitor a não aceitar o propósito dos alunos do que uma notícia de impacto. Afinal, eles parecem estar lá apenas para "festar".

Mas o jornalismo encobre-se com entrevistas e artigos como uma tentativa de apresentar essa idéia plural do jornal. Algumas são contra e outras a favor, embora, em geral, as contra o movimento ocupassem espaço maior que as defensoras. Em alguns casos, a diferença foi de cinco colunas para quem criticava o movimento estudantil e uma coluna para quem o apoiava. Mas a desconstrução do argumento de que é possível "interpretar os fatos isentamente" aconteceu mesmo no dia 20. A apresentação de um personagem participante da ocupação ganha uma página inteira e passa a ser descrito como um representante do evento e comparado a todos os demais estudantes. A matéria saiu no caderno *Aliás*, na página J8, onde o título resume muito do que queriam dizer com *O invasor.* Na linha de apoio constava: "Rubão, o esquerdista lisérgico, viu sem querer a reitoria ocupada. Sentiu que ali era sua praia". (PAIVA, 2007, J8). Na brincadeira com as palavras, fizeram com que Rubão parecesse incoerente. Como se, sem rumo, ele "parasse" na USP, porque ali se identificava. A jogada com o "esquerdista lisérgico" também pode traduzir mais de um sentido, apresentando-o como um esquerdista alucinado, perdido, maluco, desacreditado. Ou, simplesmente como se Rubão fosse, ele mesmo, lisérgico – adjetivo que descreve a sensação causada pelo uso de drogas como LSD, capaz de estabelecer controvérsias e levar as pessoas a terem alucinações. Talvez, nenhuma dessas decodificações fosse a ideal. Fica difícil, porém, entender o que quis dizer o jornalista ao usar o adjetivo lisérgico que, segundo os dicionários, é uma fórmula molecular (C16H16N2O2), uma substância extraída do esporão do centeio, altamente alucinógena.

Mais para frente, a matéria descreve esse símbolo da ocupação (Rubão) de forma detalhada fisicamente e com toda a sua carga ideológica. Um personagem que mantém analogia com o seu referencial, no caso, com os estudantes. E o símbolo não é necessariamente a "verdade", mas algo que é convencionado para ser assim. Como explica Santaella (1995, p. 172): "[...] O símbolo é um signo cuja virtude está na generalidade da lei, regra, hábito ou convenção de que ele é portador, e cuja função como signo dependerá precisamente dessa lei ou regra que determinará seu interpretante".

A comparação com os estudantes se estabelece nesse ponto e fica nas entrelinhas a mensagem que define o perfil e as idéias do grupo que promoveu a ocupação, pois dizem que ele: "[...] segue cabeludo, barbudo, comunista, um receptáculo de energias cósmicas e chinelões de

couro, um profeta a serviço de deuses e astronautas. [...] Rubens Previato ocupou a reitoria, junto com cerca de 100 alunos igualmente cabeludos, barbudos e chineludos". (PAIVA, 2007, J8). Faltou dizer que os alunos são comunistas, mas talvez não esteja citado por ser desnecessário – afinal, em diferentes matérias vão dizer que os estudantes são da esquerda radical, o que equivale a comunista de tempos atrás.

Outro ponto interessante de análise é a retrospectiva histórica que é descrita sobre outros momentos da vida universitária da década de 1970. Alguns traços são brevemente explorados pelo relato da vida de Rubão, que fugiu dos militares, abandonou o curso da faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) e juntou-se a hippies. Sua postura política é novamente ressaltada pelo jornal: "Filiou-se ao PT. Mais tarde tocou pau a pau a motoca por uma Kombi - e com ela foi ver a posse do Lula em 2003 (foi e voltou)" (PAIVA, 2007, J8). Essa inclinação política, teoricamente esquerdista, está constantemente sendo lembrada. Estar filiado ao Partido dos Trabalhadores, um pouco desacreditado como fizeram questão de ressaltar nos parágrafos subseqüentes, supõe ser uma característica destacada com intenção. Ou seja, o próprio Rubão, "apaixonado" pelo PT, está desiludido. Levanta-se, novamente, a relação política da ocupação. O personagem ganhou destaque. E, nele, o movimento fica resumido. Depois dessa descrição, e, de certa forma, indução, dizem que a liderança desse personagem não se restringe à manipulação dos estudantes, mas foi capaz de estabelecer propósitos. Não se sabe até que ponto Rubão é essa pessoa apresentada pelo jornal. Diz-se que costumava pregar o seguinte:

> [...]1. reivindicações específicas não levam a nada. O objetivo final da ocupação deve ser uma greve geral no País, apartidária e por uma revolução na educação. 2. O microfone é um símbolo fálico, em uma plenária, deixe que seus colegas também peguem nele. 3. Vocês são da burguesia, são eleitores do Serra. Assim sendo, mantenham-se calmos: a Tropa de Choque não vai bater em ninguém. 4. Em nome da comissão da faxina, devemos reivindicar da reitoria uma indenização por serviços prestados. 5. Não se comportem como se isso aqui fosse uma invasão. Trate o espaço como o que é, um acampamento 5 estrelas, com travesseiros macios e cobertores cheirosos. (PAIVA, 2007, J8).

O tom é bastante irônico – o de Rubão ao falar da ocupação e o do *Estadão* ao falar de Rubão. O jornal "brinca" com a paixão do personagem pelo PT e fala de uma decepção com o partido como se fosse uma decepção amorosa. Além disso, a descrição de suas características e história é apresentada de forma a ridicularizá-lo, como "um profeta a serviço de deuses e astronautas". Outro detalhe importante é que ele está constantemente sendo retratado como

símbolo do movimento de ocupação – ou seja, o que ele é, subentende-se que os demais ocupantes também sejam. Já a ironia de Rubão fica por conta do seu discurso, que não se sabe ao certo se existiu ou faz parte do "espetáculo" da notícia. De qualquer forma, essa "figura de linguagem" está bastante explorada nessa página. Claro que o caderno *Aliás* não segue o modelo "fechado" do caderno principal do jornal, no padrão objetivo e direto da pirâmide invertida. Não se esgota a notícia com as informações mais importantes no começo. Explora mais histórias, resenhas, críticas, contos, artigos e outras formas de apresentar seu assunto. Mesmo assim, a narrativa não deveria ser tão debochada como a apresentada acima. Um movimento como esse, que já teve tamanha importância na história, e agora constrói mais uma parte dela com essa ocupação, poderia ser melhor descrito. É importante compreender o movimento estudantil como um provocador de momentos históricos brasileiros. Sabe-se que os períodos com participação dos estudantes são distintos, por causa da forma de atuação correspondente de cada época, porém, seguem a idéia de contestação.

A atuação desse grupo foi desacreditada e desestimulada por todo um contexto. Com aproximadamente 200 anos, fatos e posturas – e até mesmo por interesse de grupos políticos – conseguiram fazer com que a credibilidade do Movimento Estudantil entrasse em questionamento. Sabe-se que, hoje em dia, não há mais a mesma utopia política que se buscava nos "anos de chumbo", assim denominado o período ditatorial. Isso, talvez, seja decorrente de alguns terem desistido de lutar, porque a repressão talvez tenha assustado e estabelecido o vício do silêncio. Outra possibilidade, e que merece uma reflexão, é a massificação, ou disseminação, de instituições de ensino superior, o que pode ter colaborado para formar jovens diplomados, mas sem conteúdo ou crítica. Ou seja, jovens sem objetivos, sem rumos e, por tudo isso, desacreditados pelos jovens das décadas de 1960 e 1970.

A União Nacional dos Estudantes entra na história como forma de organização de um determinado grupo: "[...] Daí para frente, em todos os grandes momentos da vida nacional, os estudantes jamais deixaram de estar presentes pela voz da UNE e, em inúmeras oportunidades, formaram uma vanguarda nas grandes lutas do período". (MENDES JUNIOR, 1982, p. 10).

Depois de falar desse grupo, importa também reconstituir um pouco a ideologia de *O Estado de S. Paulo*, um jornal com uma longa história que se cruza com momentos importantes da política nacional e dos próprios movimentos sociais. Esse grupo também enfrentou muitas lutas para efetivar o sistema democrático. Além disso, participou de campanhas importantes.

"Com posições baseadas nos princípios do liberalismo, o jornal paulista defendia a bandeira republicana em plena época do Império. Controlado por cafeicultores, defendia também a abolição da escravatura. [...]" (BARBOSA; LORES, 1988, p. 139). Isso demonstra que teve iniciativa em momentos polêmicos. O que se sobrepõe, porém, a qualquer iniciativa relacionada com a embrionária idéia de responsabilidade social da imprensa são os interesses próprios, a ideologia e as relações de cumplicidade que possuem com outras instituições – como a imprensa e o governo, ou a imprensa e a universidade.

A sociedade capitalista e "democrática" mantém a idéia de hierarquia, estratificação social. O domínio parece prevalecer, mesmo que indiretamente, como forma de sustentar o poder, o controle e as formas de governo existentes há séculos, ou talvez milênios. A partir disso, desintegra-se a idéia de espaço público, de universidade como um meio de se promover a igualdade e a cidadania, ou seja, promover direitos sociais : "[...] Compreende-se também porque a idéia socialista de justiça social, liberdade e felicidade se coloca no campo da utopia". (CHAUÍ, 2001, p. 17). É como se tudo fosse falso. As relações de integração e a idéia de liberdade estão fechadas nesse quadro controlador que a política criou. Nem mesmo as instituições educacionais conseguem atuar como um centro de formação independente das imposições políticas e governamentais. Para tudo existe uma forma de controle. Em *Escritos sobre a universidade*, Marilena Chauí (2001, p. 16) analisa: "[...] o Estado percebe a sociedade civil como inimiga e perigosa, bloqueando as iniciativas dos movimentos sociais, sindicais e populares". O poder executivo se expande para todas as áreas – pelo jornal e pelo movimento estudantil.

O governador de São Paulo fala sobre essa relação da utopia com o movimento ao dizer que os estudantes não têm mais como prioridade essa discussão: "A utopia deixou de existir e hoje muitos estudantes trabalham [...]. Naquela época, certo ou errado, o movimento estudantil tinha mais projeto de sociedade e lógica política na atuação [...]" (MARCHI, 2007, A28). Hoje, é mais confortável para Serra falar do passado como algo romântico e com mais propósito que as manifestações contemporâneas. No cargo que ele ocupa, é importante ter esse distanciamento entre os dois tipos de movimentos a fim de justificar suas ações e afastar complicações para a sua administração.

Partindo da utopia de que se vive, hoje, um governo democrático, é possível entender que um bloqueio dos governantes poderia promover ainda mais polêmica sobre o movimento estudantil numa sociedade que deseja mostrar-se "igualitária" e moderna. A própria imprensa se

propôs a colaborar com essa parte de "frear" o movimento. Inúmeras vezes noticiaram uma possível retirada dos alunos com a ajuda da Polícia Militar. No dia 19, publica-se a seguinte informação no título como forma de avisar aos ocupantes que a retirada deveria acontecer em breve: *PM tenta retirada pacífica na USP* (IWASSO; GODOY, 2007, A35). Como prosseguiu a ocupação, insistem numa provável interferência da Polícia, ou até parecem torcer por isso. É quase como uma ameaça:

> Especializados em ações de reintegração de posse e de controle de distúrbios civis, os pelotões de escudeiros do 3º Batalhão de Choque da Polícia Militar formaram a linha de frente da tropa escalada para desocupar o prédio da reitoria da USP. Suas armas não são letais: cassetetes, escudos, capacetes balísticos, gás de pimenta, bala de borracha e bombas de gás lacrimogêneo. [...] Cerca de mil homens devem participar da operação. (GODOY, 2007, A34).

Talvez a atuação policial fosse uma forma de acabar com a depredação que aconteceu, independentemente de ser culpa dos ocupantes ou não, mas que esteve relacionada à ocupação. Não se trata de dizer se, nesse caso, Serra, o *Estadão* ou o movimento tinha a razão. Porque, será possível dizer que alguém está com mais razão neste debate promovido pelos estudantes com o governo? Uma entrevista com o professor titular de filosofia da USP, Roberto Romano, pode ajudar a compreender um pouco mais o que aconteceu na ocupação, onde ele diz:

> [...]Você tem um grande palco onde diversas coisas acontecem sincronicamente. Na hora da luta você ilumina somente um ponto do palco. Aquilo que você ilumina é verdadeiro, mas, ao focar a luz em um só ponto, fica falso. O que estamos vendo é que estudantes colocam o holofote num pedaço do palco e o governo coloca em outro. Os dois estão dizendo a verdade e os dois estão mentindo. É preciso tempo e paciência para iluminar todo o palco. (IWASSO, 2007, A14).

E se cada um ilumina o cenário do jeito que lhe convém, não seria diferente com os políticos. O discurso de interesses começou a se desenvolver logo no início. O que antes era manifestação pelos decretos, começou a ser tratado por alguns, inclusive pelo governador de São Paulo, como uma estratégia política para destruí-lo. José Serra anuncia para o *Estadão* não ter dúvidas de que "[...] existe 'exploração política' no movimento, que hoje completa 23 dias. 'Sem dúvida há um grupo que tem motivação de natureza política e, alguns outros, político-eleitoral. Não se trata puramente de reivindicações, até mesmo porque elas mudam a cada dia'". (LIMA; LOPES, 2007, p. A34).

Essa opinião, publicada na declaração do governador de São Paulo no dia 26 de maio, já ganhava ajuda da imprensa uma semana depois da decisão de cobrir a ocupação. Embora não fosse uma idéia imposta pelo jornal, indiretamente estava sendo anunciado que o movimento fazia parte de um grupo político de oposição e que a questão ali não era manifestação contra a decisão de criar uma Secretaria de Ensino Superior e "delimitar" a liberdade universitária. Não se pode, portanto, ler, sem um questionamento, o seguinte trecho publicado em 23 de maio:

> [...] Entre os cerca de 200 alunos que se revezam na ocupação da reitoria da Universidade de São Paulo (USP) [...] estão em grande parte jovens com camisetas de partidos políticos como PSOL e PSTU que estudam na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) [...] o Diretório Central dos Estudantes (DCE), em sua maioria formado por militantes do PT, que havia divulgado uma nota oficial a favor da desocupação na semana passada, foi expulso da comissão de negociação. [...] (IWASSO *et alli*, 2007, p. A15).

Vendeu-se a idéia de que por trás daquela ocupação estariam outros partidos planejando desacreditar a capacidade administrativa de Serra. Citou-se, através de um grupo que nem se sabe o quanto é significativo e quais são seus motivos, um Partido dos Trabalhadores favorável à desocupação. Ou seja, o governo, com ajuda da imprensa, tentava desacreditar o movimento, que por sua vez, na interpretação da imprensa e do governo, tentava derrubar o governador de São Paulo. É a questão de iluminar o "palco" conforme a necessidade.

Destaca-se, também, a narração publicada no dia 10 de junho, quando a leitura da ocupação mantém uma linha fixa de interpretação voltada à crítica do movimento. Diz-se que: "[...] Eles inventaram a visão romantizada da ocupação, segundo a qual os estudantes invasores são 'independentes' e não têm líderes. Com isso, dissimulam a sua própria influência e o comando dos partidos de extrema-esquerda, além de diluir futuras punições aos alunos. [...]" (MARCHI, 2007, p. A25).

Essa é uma decodificação possível: entender a falta de liderança como forma de proteção. Outros, no entanto, podem decodificar essa organização como uma forma de promover, mesmo que dentro de um pequeno grupo – já que dizem ser formado pela "esquerda radical", a utopia de um movimento anarquista, onde todos possam se manifestar sob os mesmos direitos. Dentro das perspectivas de *O Estado de S. Paulo*, é mais interessante fechar esse código. Como tudo passa por um longo processo de produção da mensagem – e isso é válido tanto na composição da mensagem do jornal para o leitor, como na do movimento para o jornal – mesmo

que a idéia não fosse manipular, o desenrolar do processo acaba induzindo a isso. A equipe da família Mesquita diz:

> [...] A ocupação da reitoria foi interpretada como um ato espontâneo de um grupo de estudantes rebeldes porque o vice-reitor não os recebeu. Mas o relato de testemunhas da invasão desmente qualquer espontaneidade. Na vanguarda da invasão vinham jovens fortes, alguns sem camisa e usando coturnos, alinhados como se compusessem um ataque de infantaria militar; arrombada a porta principal, a massa entrou e passou a cumprir tarefas, como se houvesse sido treinada para isso. (MARCHI, 2007, p. A25).

Política virou questão de debate no evento da ocupação. E essa política que se desenvolve ao longo de uma crise vinda à tona com o movimento estudantil merece ser reposicionada para muito antes de maio de 2007. A educação está entrelaçada com a prática política desde sempre. Falando-se unicamente em Brasil, percebe-se que desde a colonização havia interesse em manter a população ignorante para o poder continuar na mão de poucos e dos mesmos. Com a influência dos cenários exteriores, revoluções na Europa e mudanças no panorama mundial no período pós-Guerra Fria, essa idéia não mudou, apenas foi reformulada e camuflada em forma de democracia. A partir de 1989, com a queda do muro de Berlim, muitos clichês precisariam ter se renovados, como é o caso da fragmentação de posturas políticas. "[...]1. a divisão direita/esquerda não tem sentido porque só tem sentido numa sociedade bipolar, isto é, na sociedade da guerra fria; 2. a divisão direita/esquerda deixa a esquerda cega para os benefícios materiais do capitalismo, e a direita cega para a grandeza dos valores socialistas [...]" (CHAUÍ, 2001, p. 28).

Predomina a idéia de oposição partidária como se realmente houvesse propostas muito contrastantes entre os governantes. Criou-se no imaginário a ocupação como uma simples forma de atacar o governo. Ao menos a ocupação foi dessa forma transformada ao longo de suas resignificações via imprensa. O que se esqueceu, porém, de debater foi aquilo que realmente estava em jogo – a educação, "[...] porque, neste país, educação é considerada privilégio e não um direito dos cidadãos [...]" (CHAUÍ, 2001, p. 36). Claro que com 50 dias de cobertura abriu-se espaço no discurso para usar exatamente a idéia de que educação é privilégio a fim de sensibilizar os ocupantes para uma retirada, pois, de acordo com o que foi publicado no jornal, eles deveriam saber que são privilegiados e não reclamar por estar em uma instituição tão renomada como a USP. Mas, em momento algum, discute-se o sistema educacional como um todo, ou mesmo a relação com a universidade. Quando se fala nisso, parecem querer menosprezar os alunos e

sensibilizar a sociedade com a "ingratidão" que eles teriam com a universidade. Uma entrevista de José Serra para *O Estado de S. Paulo* apresenta o seguinte "apelo":

> [...] Até em respeito à população que trabalha e paga os impostos, quem entra na USP, na Unicamp, na Unesp, tem que se esforçar, tem que aproveitar a oportunidade que recebeu. A grande maioria dos estudantes, que sabe o quanto é difícil ingressar na USP e que sabe a oportunidade que está tendo de estudar de graça na melhor universidade do País, deveria cobrar dos invasores a desocupação da reitoria e a retomada do funcionamento normal da universidade. É um direito deles. Sim, a USP é um espaço público. E os invasores pretendem privatizá-lo. (HAMU; Kulczynski, 2007, A28).

Nesse momento é preciso colocar a população contra as ações administrativas do governo e analisar sua postura diante de conflitos. Não é manipulando a sociedade contra o movimento que a educação vai melhorar no país. É preciso avaliar todo esse sistema. Não dá para querer "pressionar" os alunos que estão na universidade pública se é o próprio governo que organiza o sistema de forma a beneficiar, principalmente, alunos da classe média e classe média alta.

A privatização do Ensino Superior aconteceu ainda no período da ditadura militar. Privatizar é algo que passou a ser mais freqüente nas últimas quatro administrações do governo federal que trabalham a favor de um capitalismo neoliberal. Ou seja, uma economia que se baseia num retorno ao sistema liberal e ideológico da sociedade capitalista, com incentivo do comércio de mercadoria e estabelecimento da privatização para assegurar tal modelo. Mas, como lembra Chauí, esse tema parece provocar certa "amnésia" social e política. A desculpa para privatizar as escolas públicas já surgia com a falsa idéia de evitar a subversão e garantir o sistema de mão-de-obra barata para o mercado de trabalho. Aumentaria o número de pessoas com diploma superior e isso ajudaria a desvalorizar o preço do trabalho dos "diplomados". Porém, se é preciso pagar por isso, o que acontece é a exclusão de boa parte da população do sistema educacional. (CHAUÍ, 2001, p. 36). E ela deixa claro essa proposta dos representantes do poder ao expor que "[...] os filhos da alta classe média e da burguesia, formados nas boas escolas particulares, tornam-se a principal clientela da universidade gratuita [...]" (CHAUÍ, 2001, p. 37).

Toda essa polêmica que gira em torno de uma crise universitária está no fato de que "[...] a universidade é uma *instituição social*. Isso significa que ela realiza e exprime de modo determinado a sociedade de que é e faz parte. Não é uma realidade separada e sim uma expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada". (CHAUÍ, 2001, p. 35). A universidade é uma projeção do espaço social. É induzida pelo que acontece no meio onde está

presente e, da mesma forma, ajuda a construir esse meio. E exatamente por isso é importante perceber que tipo universidade se está criando para educar esses alunos.

Compreendendo, então, essa idéia, pode-se partir para as interpretações dadas pelo jornal. E a opinião da imprensa foi muitas vezes reforçada por políticos, autoridades, intelectuais e cidadãos em geral – ou seja, diferentes componentes da sociedade. Inclusive professores, muitos deles, conforme mostrou o jornal, manifestaram-se contra a ocupação. *O Estado de S. Paulo* fez isso através da abertura de artigo para essas pessoas discutirem o assunto, a exemplo de um "Fórum", onde frases da população "comum" ganhavam espaço e até mesmo com citações das entrevistas. Inclusive, é nesse Fórum, onde em geral as pessoas disseminam a idéia de "estudantes baderneiros, desocupados e irresponsáveis", que Eduardo da Silva, de Suzano (SP), embora não explique as razões da ocupação (ou pelo menos isso não foi publicado), abre uma nova decodificação para o movimento: "Se vocês soubessem o porquê desta reivindicação, estariam lá também e pediriam perdão aos estudantes, funcionários e professores que os apóiam". (SILVA apud O ESTADO DE S. PAULO, 2007, A15). Diante dessa frase, conclui-se que Eduardo também era aluno, se não da USP, de alguma instituição que passa por crise semelhante.

As estratégias utilizadas com essas publicações são formas de procurar isentar a parcialidade, ou envolvimento, do jornal. É possível propor uma crítica ao movimento estudantil por meio de outras pessoas, sem precisar se envolver diretamente. Isso aconteceu com a entrevista do jurista e professor de direito da USP, Dalmo de Abreu Dallari, publicada em 11 de junho: **"**[...] A vinculação dos estudantes com partidos políticos de extrema esquerda, como mostrou o **Estado** ontem, 'descaracteriza o movimento, que deixou de ser estudantil para transformar-se numa questão sindical'". (O ESTADO DE S. PAULO, 2007, A17, grifo do autor).

Mais que isso, um artigo do professor de Sociologia da Faculdade de Filosofia da USP, José de Souza Martins, publicado no dia 17 de junho no caderno *Aliás*, procurava descrever a ocupação em prol da autonomia universitária como uma desculpa:

> [...] Com decreto ou sem decreto do governo, a ocupação teria ocorrido. [...] já que a meta é em primeiro lugar questionar e "queimar", por motivos partidários e políticos, o governador José Serra. [...] Tudo farão para colocar o governo do Estado em desgaste contínuo durante os quatro anos de sua duração. (MARTINS, 2007, J5).

O professor analisa ainda a questão da universidade, como se ela não tivesse o propósito de discutir as relações sociais desenvolvidas a partir da política. E, como se essa não fosse sua

função, em tom de crítica, diz: "[...] As universidades brasileiras, e a USP disso não escapa, se tornaram partidárias e instrumentos partidários antes de serem instituições políticas no pensamento e no conhecimento libertador". (MARTINS, 2007, J5). O problema é que muitas pessoas compram essas idéias prontas e as reproduzem.

O assunto universidade sempre foi polêmico. Tanto é que a reforma universitária está em andamento há anos e, ainda hoje, é difícil chegar a um consenso. Essa questão, aliás, é trazida à tona pelo *O Estado de S. Paulo*. O jornal procura passar o problema para Luiz Inácio Lula da Silva. Critica-se o fato de questionar a autonomia da universidade com Serra, mas não se questiona a reforma que era uma das "bandeiras" do presidente da República. A impressão que se tem é que há uma vontade implícita de se dizer: por que só falar do Serra? Pensando nisso, coloca-se um confronto também para discutir a questão da educação em relação ao governo federal: "Um dos principais planos do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a reforma universitária, depois de mais de três anos de debate, não aparece mais entre as prioridades. E, como ela, a discussão sobre a autonomia das universidades públicas federais". (PARAGUASSÚ, 2007, A23).

Existe uma certa reação que se amplia para as Universidades Federais e um constrangimento da política com relação a Lula. No entanto, não se pode perder de vista a questão central e polêmica que é o fato de as universidades públicas paulistas estarem sob limitações. Um artigo reforça: "[...] O apoio petista é mais claro nas entidades de professores e funcionários que apóiam a ocupação, mas as contradições serão efetuadas se invasões do mesmo tipo ocorrerem nas federais e virarem outro bagre no colo do presidente Lula". (MACEDO, 2007, A2). Ou seja, a questão é política. Esse é o foco. A educação pouco importa.

As relações entre política, jornalismo e estudantes se contraem ao longo da ocupação da USP e de toda história. São forças entrelaçadas e constantemente em confrontos. O acontecimento em análise serve como referência prática sobre esse aspecto. Apenas no último dia da ocupação foi "escancarado" o confronto entre imprensa e estudantes, e com isso já se pode compreender muito a respeito desse panorama. Conforme descreve *O Estado de S. Paulo*, os alunos se recusaram a dar entrevistas ao jornal. Então, as declarações conseguidas não poderiam ser estendidas para todos os representantes de um movimento que não escolheu líderes. Sendo assim, ressurge uma reflexão sobre como seria possível ter descrito a ocupação de uma forma ampla e plural quando nem ao menos tinham declarações dos ocupantes?

Sabe-se que a rivalidade era grande. Além das interferências ideológicas na descrição do movimento e de como eram os ocupantes, o jornal explorou todas as atitudes "comprometedoras" dos estudantes que fossem capazes de interferir na sua credibilidade. Conforme descreveu o jornal, no dia da desocupação houve brigas e desentendimentos:

> Com a desculpa de limpar a entrada da reitoria, os estudantes usaram uma mangueira de bombeiro e jogaram baldes de água e sabão nos cerca de 50 jornalistas e observadores que aguardavam a saída. No tumulto, alguns jornalistas foram agredidos por estudantes com os rostos cobertos. [...] Os jornalistas tentaram entrar no prédio e foram impedidos e agredidos com empurrões e pontapés. O repórter da TV Record Gudryan Neufert levou socos e empurrões de alunos e funcionários que vigiavam a portaria. [...] (CAFARDO, 2007, A30).

Nesse fragmento se apresenta mais um dos pontos que colaboram para desacreditar o movimento. Na descrição dessa mesma reportagem, diz que tocava, em um dos carros dos funcionários com som, a música *Para Não Dizer que Não Falei das Flores*, de Geraldo Vandré. Pode-se ler aqui uma forma de mostrar, ironicamente, o quanto o movimento não tinha um novo referencial. Baseava-se no "radicalismo" e ideologia de um movimento da história do período ditatorial e se "escondia" nessa romântica atuação. A parte da música, apontada na reportagem, pode ser curiosa, mas desnecessária se não houvesse interesse de torná-la um símbolo, um código para o leitor. E a descrição prossegue assim: "[...] Depois de usar mangueira de bombeiro três vezes, molhando câmeras e máquinas fotográficas dos jornalistas, os estudantes iniciaram o que chamara de 'festa de desocupação'. Ouviram música, dançaram, gritaram palavras de ordem". (CAFARDO, 2007, A30).

Será que os jornalistas compreenderam o que faziam os estudantes? Será que os estudantes estariam apenas provocando a imprensa? Ou talvez desejando que ela reproduzisse o movimento como uma "baderna" para que depois pudessem criticá-la? Essas perguntas não têm respostas fechadas, mas oferecem uma oportunidade para uma decodificação diferenciada da estabelecida no senso comum sobre o radicalismo dos movimentos sociais. Em outras palavras, permitem não apenas reproduzir a descrição dada, mas observar uma "outra" ocupação. Afinal, algumas ações dos estudantes são explicadas pelo próprio *O Estado de S. Paulo*. Consta na matéria publicada neste dia que: "Questionados sobre o motivo da manifestação com água, os alunos disseram que estavam apenas 'limpando a imprensa'. Durante os dias da ocupação, os

estudantes evitaram dar declarações aos jornalistas. Várias vezes ignoraram os pedidos de informações". (CAFARDO, 2007, A30). Os estudantes não consideravam a imprensa uma aliada.

O que se discute, de certa forma, é uma consciência de que o jornalismo apresenta uma proposta na hora de comunicar. Tem um projeto estabelecido desde o momento da produção/pauta até a distribuição dos exemplares. O leitor, porém, pode compreender a mensagem por diferentes ângulos. Essa decodificação seria importante para a formulação de uma sociedade democrática e crítica, capaz de analisar, por si própria, o cenário em que vive.

Para melhor entender esse processo, Stuart Hall diz que há várias formas de comportamento diante de uma mensagem apresentada. Existe, por exemplo, a posição *hegemônica-dominante*, onde o leitor concorda com o sentido dado pelo autor (código dominante). Essa posição, aplicada à questão da ocupação da USP, seria como concordar, sem outra interpretação ou resistência, que os estudantes que promoveram tal evento eram mesmo baderneiros. Há uma outra interpretação com o *código negociado* – em que ele reconhece a legitimidade das definições hegemônicas para produzir as significações, mas também cria suas próprias regras para um determinado evento. É contraditória, pois concorda mesmo impondo algumas condições, ou com certa dúvida – neste caso, seria como questionar essa postura, afinal, nem todo estudante é baderneiro e nem todo estudante que participou da manifestação contra os decretos fez isso apenas por "diversão" ou forma de chamar a atenção para aparecer. Por último, existe a postura de um *código de oposição:* os que eram negociados começam a ser contestados. A oposição aplicada à cobertura seria a idéia de que certamente os estudantes não são baderneiros, mas um grupo organizado. Ou seja, seria uma desconstrução de tudo o que pode ser visto como negativo neles. É um momento de crise. "[...] Aqui se trava a 'política da significação' – a luta no discurso". (HALL, 2003, p. 402). Seria importante entender, confrontar e questionar os códigos utilizados pelos leitores de *O Estado de S. Paulo* no contexto da ocupação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudantes, governo, universidade e imprensa foram focos deste trabalho com o objetivo de questionar conceitos sociais e proporcionar uma reflexão sobre rumos da educação, da comunicação e da política no país. Esses elementos estiveram, de certa forma, sintetizados na ocupação da reitoria de uma das principais universidades do Brasil, que durou 50 dias. A partir disso, aconteceu uma discussão no jornal *O Estado de S. Paulo,* em um intervalo de tempo um pouco maior que isso - já que o assunto continuou a ser abordado até o fim do mês de junho e por alguns dias de julho de 2007.

O evento virou, ou talvez tenha apenas projetado, o que Guy Debord chamaria de espetáculo. "Toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de *espetáculos*. Tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representação". (DEBORD, 1992, p. 13). A citação acima foi publicada pela primeira vez em 1967, uma época um pouco diferente da atual, tanto com relação à política quanto à economia. Porém, ainda hoje, esta é uma sociedade onde impera a velocidade da produção e o consumismo, o que propicia a projeção do mundo "real" para um mundo criado, "virtual".

E as projeções muitas vezes são reproduzidas, pois "através dos fluxos de imagem, de informação, de conhecimento e de serviços que acessamos constantemente, absorvemos maneiras de viver e sentidos de vida, consumimos toneladas de subjetividades". (PÁl PELBART, 2007, p. 2) Ou seja, muitos referenciais passam a ser construídos através da imprensa, das novelas, cinema, enfim, da mídia em geral. Como neste formato tudo é efêmero, importa que as coisas sejam bastante "coloridas" para terem algum destaque. E todo esse modelo, como discutido anteriormente com suporte dos estudos de Stuart Hall, espalhou-se pelas formas de comunicação. A mídia usa códigos, símbolos para apresentar sua versão dos fatos. Conclui-se, a partir daí, que a imprensa também criou uma representação para o movimento, uma projeção, ou seja, um espetáculo.

Os meios de comunicação, fontes de distribuição da mensagem, querem mais que vender. Um dos objetivos é apresentar o discurso de forma convincente, o que faz propagar ideologias. "Por isso, a análise da ideologia deve se preocupar tanto com as formas simbólicas

que são produzidas e difundidas pelas instituições da mídia, como com os contextos de ação e interação dentro dos quais essas formas simbólicas mediadas são produzidas e recebidas". (THOMPSON, 1995, p. 342). Analisar, portanto, a construção da ocupação da USP a partir do que foi apresentado no jornal, depende de uma leitura que vai além das construções de signos, a exemplo do próprio Rubão que virou personagem simbólico do evento. É preciso considerar o contexto histórico e as relações políticas que se estabeleceram por meio dos grupos envolvidos.

Sabe-se que, com os códigos da escrita, contando com auxílio de imagens (fotografias) e diagramação, os jornais elaboram um produto que será consumido por leitores – um produto ideológico, com informação, opinião, interpretação e recorte de um determinado assunto. Embora predomine o conceito de imparcialidade na imprensa, deve-se compreender que a subjetividade e o recorte não permitem isso. Considerando-se ainda a interferência das formas de produção capitalista, chega-se à conclusão de que o jornalismo colabora, e muito, para a difusão de informações em forma de entretenimento e espetáculo. Thompson analisa a difusão dos meios impressos e eletrônicos como grandes responsáveis pela divulgação de símbolos e códigos, pois. "[...] possibilitam às formas simbólicas circularem numa escala sem precedentes, alcançarem vastas audiências, invadirem o espaço de uma maneira mais ou menos simultânea. Nunca, anteriormente, a capacidade de circulação das formas simbólicas foi tão grande [...]" (THOMPSON, 1995, p.344). Com a imprensa e mídia em geral, as formas de interpretação passaram a assumir caráter legítimo ou pelo menos o que Hall chama de signo denotativo. Quando o discurso parece ter somente sentido denotativo (literal) é porque é universalmente aceito. Isso muda apenas os níveis ideológicos presentes no discurso, mas não o isenta de ideologia. (HALL, 2003, p. 395).

Mas importa lembrar que se vive a era da globalização, com modelos padronizados e condicionados por diferentes formas. Diante desse sistema, supostamente, anulam-se as diferenças. Um modelo, normalmente ditado por potências políticas e econômicas, serve como referências. Massificam-se, então, inclusive, as divergências partidárias, políticas e ideológicas. O conceito de esquerda e direita, outrora predominante e que poderia ser aplicado aos desencontros entre estudantes, jornal, governo e universidade – uma vez que possuem ideologias diferentes-, hoje, pouco ajuda na discussão do evento. As fronteiras entre os conceitos de esquerda e direita também perderam seus valores no momento em que se decidiu convencer a sociedade de que a unificação proporciona um mundo mais "igual" e democrático. Portanto os conceitos da política também são meras representações. Embora tudo isso pareça radical demais

e, por ora, tão inconsistente quanto a política dos alunos que promoveram a ocupação da reitoria da USP, muitos traços apresentados neste trabalho nos conduzem a tal "leitura" para este panorama. Ressalta-se, então, o fato da homogeneização em muitos aspectos sociais, o que dificulta o processo de decodificação de oposição, conforme citado anteriormente no trabalho. Em outras palavras, o modelo globalizado, veloz e homogêneo bloqueia o leitor, utilizando-se do exemplo desta pesquisa, na formulação de uma opinião diferente daquela que lhe é apresentada. Não que isso seja impossível, mas é menos comum, porque não somos educados para sermos críticos e analíticos.

E ligado a esse contexto, assiste-se, agora, a uma crise que se estendeu pelas universidades. Então, discute-se esse assunto a fim de conseguir analisar e desconstruir um olhar "viciado" na compreensão superficial da ocupação da USP. Um olhar que muitas vezes se conforma em reproduzir a percepção dos alunos como baderneiros e representantes de um movimento banalizado, sem olhar para questões maiores, interligadas a isso. Para tudo, colabora a leitura feita pela imprensa e que atinge uma parte considerável da sociedade. Essa descrição vem com interferências ideológicas, políticas, sociais, culturais e outras. Importa lembrar, contudo, que, nesse contexto, os jornalistas são tão manipulados quanto manipuladores (BOURDIEU, 1997, p. 21), pois fazem parte desse sistema.

Mas é possível fazer um bom trabalho no jornalismo sem encobrir-se de versões que minimizem a interferência do jornalista e do veículo de comunicação. O que atrapalho o jornalismo não é a presença da subjetividade, e sim o fato de ignorar que ela existe. A partir do momento em que se admitir isso, será possível promover debates sobre as várias versões. Tudo o que é reproduzido, como a ocupação, é feito a partir de um olhar, de uma leitura, feita por alguém. Então, a subjetividade é aceitável e pode colaborar para discussões de olhares diferenciados para um determinado tema. Essa, inclusive, é a proposta da democracia apontada anteriormente nesta pesquisa. Não se pode isolar um fato, porque ele só existe a partir da interpretação dos códigos (signos) que o compõe. Assim, também não se pode isolar a ocupação das questões ideológicas. Lembrando o que já foi apresentado pelas teorias de Hall, não é possível ter fidelidade na representação. Quando algo parece "real", ou parece não ter sido construído, é porque já foi assimilado culturalmente, ou seja, firmou-se ao longo dos anos como natural. "[...] A operação de códigos naturalizados revela não a transparência e 'naturalidade' da linguagem, mas a profundidade, o caráter habitual e a quase universalidade dos códigos em uso.

[...] Isso produz efeito (ideológico) de encobrir as práticas de codificação presentes". (HALL, 2003, p. 393). Admitindo-se, então, a interferência ideológica de *O Estado de S. Paulo* e da subjetividade do jornalista, pode-se dizer que a ocupação da USP é uma boa oportunidade para extrairmos leituras diferenciadas sobre o cenário político, o sistema educacional e a relação dos movimentos sociais com a imprensa e sociedade.

Como todo discurso, a notícia também é capaz de construir versões sobre os fatos e impor características e valores a eles. Nesse contexto, as projeções poderiam significar mais que a realidade, se não houvesse possibilidade de interpretar de forma diferente. Observou-se que a ocupação apresentada no jornal é mais espetacularizada, caricaturada; tem início, meio e fim; mocinhos e bandidos; o bem e o mal; os fins e os meios. E isso faz com que algumas pessoas assumam aquela versão apresentada pela imprensa sem se questionar. Entender as razões que levaram ao movimento exigiria compreender traços abstratos, voltar na história, ler o que está nas entrelinhas e fazer todo esse processo sem precipitações, sem pré-conceitos – uma tarefa difícil para uma sociedade acostumada a receber tudo pronto, com uma comunicação unilateral e determinada.

Bourdieu exemplifica melhor a relação de envolvimento que pode existir entre os jornalistas e os fatos que lembram outros momentos históricos através de um caso muito semelhante à ocupação. Foi a greve dos alunos de liceu, na França, em 1986. Um momento em que as interferências dos jornalistas ajudaram a produzir o "real" e dar efeitos que o tornasse real. "[...] Os jornalistas tinham na cabeça maio de 68 e o medo de perder 'um novo 68'. Está-se diante de adolescentes não muito politizados que não sabem muito bem o que dizer, então os jornalistas suscitam porta-vozes (sem dúvida entre os mais politizados) que são levados a sério [...]" (BOURDIEU, 1997, p. 29). Toda a ânsia de não perder algo que poderia acontecer, acabava por induzir os jornalistas a construírem um novo evento. No caso da USP, o que se apresentou no jornal parecia não querer trazer de volta o movimento estudantil. O evento lembrou um 1968 no Brasil e, talvez, por isso tenha sido abafado numa tentativa de tirar força desses estudantes. Uma discussão política poderia não ser ideal no momento.

Partindo dessas colocações, conclui-se que notícias também podem ser transformadas. Tais exemplos apresentados acima podem ser utilizados para a discussão ideológica de um mundo de projeção, muitas vezes criado e reproduzido pela imprensa. Aquilo que aparenta ser, muitas vezes tem mais relevância do que aquilo que "é". Em alguns pontos,

pode-se considerar que tudo o que parece é mais interessante do que aquilo que é, pois "[...] o que aparece é bom, o que é bom aparece [...]" (DEBORD, 1992, p. 16-17). Isso acontece porque o fato recebe características diferenciadas, um certo enfeite mítico. A construção do movimento que se desenvolveu na ocupação da reitoria ganhou outra proporção a partir do momento em que foi explorada pelo jornal.

O que aconteceu na USP, por exemplo, foi muito mais que uma manifestação contra a criação da Secretaria de Ensino Superior, os decretos do governador José Serra ou um pedido de socorro para o sistema educacional brasileiro. Este evento, apresentado no jornal, foi a projeção de professores, alunos, comunidade acadêmica em geral num período histórico onde só entra em cena o que pode dar repercussão e interessar a um determinado público previamente selecionado. Dar espaço para os alunos na página de um jornal elitista e tão bem conceituado quanto *O Estado de S. Paulo* também está ligado a algum objetivo. E tudo isso, por si só, constrói um discurso. "[...] Se o espetáculo, tomado sob o aspecto restrito dos 'meios de comunicação de massa', que são sua manifestação superficial mais esmagadora, dá a impressão de invadir a sociedade como simples instrumentação, tal instrumentação nada tem de neutro [...]" (DEBORD, 1992, p. 20-21) Não que a imprensa seja ferramenta única de divulgação do espetáculo, mas é uma das principais. Enfim, a partir do momento em que a sociedade só enxerga o "real" no falso, ou seja, abstém-se de buscar outras interpretações para determinados signos e assume a forma da projeção, subentende-se que passa a integrar o espetáculo.

Mas com a possibilidade de perceber os signos do discurso e decodificar, no conceito de Hall, a projeção de formas diferentes, entende-se que Guy Debord parece assumir uma postura um pouco niilista[5] em sua tese, pois apresenta uma sociedade totalmente consumida pelo capitalismo de produtos efêmeros e desnecessários. A relação que isso mantém com a sociedade é intensa. É importante notar que, muitas vezes, a indústria do entretenimento sobrepõe-se à da informação e formação – entende-se por informação a função do jornalismo; e por formação, a das universidades. Porém não é necessário exagerar e reduzir tudo a um caminho sem volta.

Não se pretende aqui resumir tudo a espetáculo como a tese de Debord, até porque, como analisa Bourdieu, ele também é um dos intelectuais que usou a sociologia de forma cínica.

---

[5] Niilismo é *sm* (*lat nihil+ismo*) **1** Redução a nada; aniquilamento. **2** Seita anarquista russa que preconizava a destruição da ordem social estabelecida, sem se ocupar de substituí-la por outra. **3** Descrença absoluta. (MICHAELIS, 2007).

Ou seja, conhecendo as leis sociais, usou-se de um falso radicalismo, capaz de neutralizar tudo o que ele apresentou sobre essa espetacularização. (BOURDIEU, 1997, p. 85). Há alternativas para o jornalismo e para a sociedade. Sendo, para o primeiro, importante explorar o espetáculo para despertar o interesse da sociedade para diferentes olhares e formas de informação, a fim de promover debates. Já para a sociedade, a saída está em rever valores da educação, que poderá construir senso crítico, e não se render a modelos efêmeros proporcionados pelo capitalismo e consumismo. Diante disso, "[...] resta ao ensino, à universidade, mais do que nunca, assumir sua função de formadora [...] mas formar analistas simbólicos, pessoas, cidadãos capazes de interagir, de se movimentar, de decodificar essas informações [...]" (BENTES, 2007, p. 4). Todas essas possibilidades só tornam mais relevante essa discussão sobre jornalismo, política, universidade e estudantes.

Com base no que foi apresentado neste estudo, é possível compreender que os códigos de comunicação são importantes para interpretar uma determinada mensagem e que eles têm função de criar "verdades" e projetar coisas que a sociedade não percebe enquanto não é repercutido na imprensa. Observou-se também que, com o uso desses códigos e com o recorte de um determinado assunto, não se pode ter objetividade e imparcialidade, pois o discurso constrói, necessariamente, uma versão para um fato diferente daquilo que se possa chamar de verdade. O processo de comunicação estabelece códigos que podem ser compreendidos de forma universal, a partir do momento em que são naturalizados, ou não corresponder com o objetivo do emissor. É evidente, nesse processo, a questão crucial que se coloca com relação à comunicação – a ela cabe a manipulação ou a provocação de um debate. Como uma entidade política legítima, a imprensa ajudou a estabelecer uma identidade para os ocupantes da USP e a construir uma postura para eles.

Nas relações estabelecidas entre história, movimentos estudantis, imprensa e governo, através do evento da ocupação da USP, não há culpado, inocente, vítima, verdades ou mentiras. A menos que discussões maiores surjam no intuito de repensar todo o sistema social e, principalmente, educacional, pode-se concluir que tudo não passou de mais uma projeção de questões pouco exploradas pelos governantes. Todas as promessas da educação e da modernidade, principalmente quando se trata da USP e das universidades estaduais de São Paulo, discursam de tal maneira a garantir o processo de "crescimento". A proposta de dar liberdade e

democratizar os sistemas educacionais acabou simplesmente por romper com um “mundo”, sem ter cumprido a promessa de melhorá-lo.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Agripa Faria; KRISCHKE, Paulo José. **Sustentabilidade e democracia no Brasil contemporâneo**. [Florianópolis. s.n., 200-?].

ALVES FILHO, Aluízio. **A ideologia como ferramenta de trabalho e discurso da mídia.** Disponível em: <http://www.infoamerica.org/documentos_pdf/althusser2.pdf>. Acesso em: 21 ago 2007.

ARAÚJO, Braz José de. **A crise da USP**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

ARBEX, Junior José. **Showrnalismo:** a notícia como espetáculo. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro.** São Paulo: Perspectiva, 2001.

BAKHTIN, Mickhail. **Marxismo e filosofia da linguagem.** São Paulo: Hucitec, 2004.

BARBOSA, Marinalva Vieira. A concepção da palavra em Bakhtin. **Primeira versão,** Porto Velho, n. 20, jun. 2001. Disponível em: < http://www.primeiraversao.unir.br/numero020Marinalva.pdf>. Acesso em 12 nov. 2007.

BARBOSA, Roberta; LORES, Raul Juste. **O *Estadão* em busca da qualidade total**. In: LOPES, Dirceu Fernandes; PROENÇA, José Luiz; SOBRINHO, José Coelho (Org.). **A evolução do jornalismo em São Paulo**. 2ª edição. São Paulo: Edicon: Eca/USP, 1998.

BARTHES, Roland. **O rumo da língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BENTES, Ivana. **A Universidade concorre com a mídia.** Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bentes-ivana-universidade-midia.pdf>. Acesso em 06 nov. 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

CAFARDO, Renata. Após 50 dias, alunos deixaram reitoria. **O Estado de S. Paulo,** São Paulo, p. A30. 23 jun. 2007.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

_____. **O que é ideologia**. 5ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1996.

COTTA, Pery. **Calandra**: o sufoco da imprensa nos anos de chumbo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1992.

DRUCKER, Cláudia. Educadores Desorientados. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 13 outubro 2007. Edição nº 7855. Caderno Cultura. Não paginado.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã.** São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES, Florestan. **A questão da USP**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FOUCAULT, Michael. **As palavras e as coisas.** 8ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GODOY, Marcelo. Ação policial prevê acordo do Corpo de Bombeiros. **O Estado de S. Paulo,** São Paulo, p. A34. 26 maio 2007.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HAMU, Mariângela; KULCZYNSKI, Viviane. 'Invasão é desrespeito à autonomia'. **O Estado de S. Paulo,** São Paulo, p. A28. 03 jun. 2007.

HARBET, Nadine. **A Década de 70:** Apogeu e crise da ditadura militar brasileira. São Paulo: Ática, 2001.

IWASSO, Simone. Invasores da USP não deixaram reitoria. **O Estado de S. Paulo,** São Paulo, 17 maio 2007. p. A19.

_____. 'Todo mundo grita, ninguém tem razão'. **O Estado de S. Paulo,** São Paulo, p. A14. 28 maio 2007.

_____. 'Decretos do governador são sim uma interferência'. **O Estado de S. Paulo,** São Paulo, p. A12. 21 maio 2007.

_____; GODOY, Marcelo. PM tenta retirada pacífica na USP. **O Estado de S. Paulo,** São Paulo, p. A35. 19 maio 2007.

_____; MORENO, Ana Carolina; ZANANDREA, Andressa. Alunos adotam liderança rotativa e barram imprensa. **O Estado de S. Paulo,** São Paulo, p. A15. 23 maio 2007.

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. 3ª edição. Florianópolis: Insular: Ed. da UFSC, 2001.

LIMA, Rejane; LOPES, Beth. Reivindicações mudam a cada dia, afirma Serra. **O Estado de S. Paulo,** São Paulo, p. A34. 26 maio 2007.

MACEDO, Roberto. USP - invasão, moda e autonomia. **O Estado de S. Paulo,** São Paulo, p. A2. 07 jun. 2007.

MARIANI, Bethânia. **O PCB e a imprensa**. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

MARCHI, Carlos. Movimento estudantil está menos politizado que nos anos 'duros'. **O Estado de S. Paulo,** São Paulo, p. A28. 17 jun. 2007.

_____. Partidos de extrema-esquerda controlam ocupação da reitoria. **O Estado de S. Paulo,** São Paulo, p. A25. 10 jun. 2007.

MARTINS, José de Souza. O rescaldo amargo da ocupação da USP. **O Estado de S. Paulo,** São Paulo, p. J5. 17 jun. 2007.

MEDINA, Cremilda. A força dos fatos. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 08 julho 2007, p. A28.

_____. **Notícia, um produto à venda**: jornalismo na Sociedade Urbana e Industrial. São Paulo: Summus, 1988.

MENDES JUNIOR, Antonio. **Movimento estudantil no Brasil**. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa.** Disponível em: < http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=niilismo>. Acesso em 02 de nov. 2007.

NOSSA, Leonencio. UNE anuncia invasões de reitorias. **O Estado de S. Paulo,** São Paulo, 31 maio 2007. p. A17.

NUNOMURA, Eduardo. Crise afeta imagem de Serra, admitem aliados. **O Estado de S. Paulo,** São Paulo, p. A17. 06 jun. 2007.

O ESTADO DE S. PAULO. A invasão da reitoria da USP. **O Estado de S. Paulo,** São Paulo, p. A3. 16 maio 2007.

_____. Fórum. **O Estado de S. Paulo,** São Paulo, p. A15. 23 maio 2007.

_____. Greve de docentes deve acabar hoje. **O Estado de S. Paulo,** São Paulo, p. A17. 11 jun 2007.

_____. Panorama visto da reitoria. **O Estado de S. Paulo,** São Paulo, p. A3. 31 maio 2007b.

PAIVA, Fred Melo. O invasor. **O Estado de S. Paulo,** São Paulo, p. J8. 20 maio 2007.

PÁL PELBART, Peter. **Exclusão e biopotência no coração do Império**. Disponível em <http://www.cedest.info/Peter.pdf> >. Acesso em acesso em 10 out. 2007.

PARAGUASSÚ, Lisandra. Reforma universitária está parada na Câmara há 1 ano. **O Estado de S. Paulo,** São Paulo, p. A23. 09 jun. 2007.

PINOTTI, José Aristodemo. Quem quer transparência na USP. **O Estado de S. Paulo,** São Paulo, 22 maio 2007. p. A14.

REDAÇÃO UNE. Disponível em: <http://www.une.org.br>. Acesso em 01 set. 2007.

SANTAELLA, Lúcia. **A teoria geral dos signos:** semiose e autogeração. São Paulo: Ática, 1995.

SOUSA, Jorge Pedro. **Teorias da notícia e do jornalismo**. Chapecó: Editora Argos, 2002.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. Editora Unisinos: São Leopoldo, 2001.

_____. **Teorias do jornalismo**: Porque as notícias são como são. 2ª edição. Volume 1. Florianópolis: Insular, 2005.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **A USP hoje**. Disponível em: <http://www2.usp.br/portugues/conteudo.php?dir=/ausp/sobreausp/sobreausp.htm>. Acesso em 13 ago 2007.

VENTURA, Zuenir. **1968**: O ano que não terminou. 33ª edição Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.